



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV

PRISCILA DE OLIVEIRA SANTANA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO:
PERSPECTIVAS DA APAE DE JACOBINA**

JACOBINA – BAHIA

2011

PRISCILA DE OLIVEIRA SANTANA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO:
PERSPECTIVAS DA APAE DE JACOBINA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Componente Curricular Monografia II do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia/UNEB, Departamento de Ciências Humanas/DCH/ Campus IV - Jacobina - Bahia.

Orientadora – Prof^ª M^ª Laura Emmanuela Lima Costa

JACOBINA – BAHIA

2011

PRISCILA DE OLIVEIRA SANTANA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO:
PERSPECTIVAS DA APAE DE JACOBINA**

Dissertação apresentada a Graduação de Licenciatura em Educação Física, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB campus IV, como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciatura em Educação Física.

Aprovada em ____ de _____ de 2010.

Laura Emmanuela Lima Costa – Orientadora _____
Professora Mestra da Universidade do Estado da Bahia

Fábio Nunes _____
Professor Mestre da Universidade do Estado da Bahia

Joana Leoncio _____
Professora da Universidade do Estado da Bahia

Dedico este trabalho à minha família: pela dedicação, confiança e amor incondicional, em especial ao meu avô (in memoriam), meu exemplo de caráter, sem dúvida foi para você e por você, esteja onde estiver. Só tenho uma certeza; se encontrará eternamente em meu coração.

À minha orientadora: Laura Emmanuela, por todo incentivo e pelo exemplo de competência.

Aos meus amigos: pelo apoio e força de sempre...

AGRADECIMENTOS

Segundo o dicionário, **gratidão** é uma emoção que envolve um sentimento de dívida emotiva em direção de outra pessoa; freqüentemente acompanhado por um desejo de agradecê-lo, ou reciprocamente para um favor que fizeram por você.

Pois bem, sendo a meu ver um dos sentimentos mais belos, tenho aqui uma oportunidade de expressá-la, se não única, mas possível de ser contemplada. É evidente que tão pouco espaço não seria suficiente para tantos agradecimentos, mas mesmo assim, poder retribuir todas as coisas que vêm acontecendo em minha vida e em especial neste momento de conclusão de um curso se torna algo especial.

Por fim, depois de tantas risadas, tantas alegrias, dúvidas, tropeções, incertezas, muito aprendizado, além dos momentos únicos que nunca serão esquecidos, chega-se o grande momento. O momento de dar adeus e de se sentir feliz por mais uma etapa vencida! Certamente carregarei na lembrança todas as pessoas que encontrei pelo caminho e todas as situações únicas que foram determinantes para a minha constante formação.

Minhas palavras não conseguirão expressar de forma fidedigna todo o meu sentimento, não por não serem sinceras, mas por serem “incapazes” de propagar todo o misto de sensações que me abarcam neste momento.

Meus agradecimentos começam por todo aquele que é responsável pela minha existência, aquele que me dá força, vida e me sustenta em todas as minhas ações. Obrigada Senhor! Nada seria possível sem a sua vontade.

“O que habita no esconderijo do Altíssimo e descansa à sombra do Onipotente, diz ao SENHOR: Meu refúgio e meu baluarte, Deus meu, em confio em ti”.

Salmo 91

À minha amada família: Mãe Dulce, Pai Flanklei, vô Nego (in memoriam), vó Júlia, Tio Paulo, minha iaia (in memoriam), tia Nair (in memoriam), Irmãos e Primos. O que seria de mim sem vocês? Muito obrigada por toda confiança depositada em todos esses anos, pelo amor, pela dedicação e pelos exemplos de caráter, lealdade e fé.

À minha querida orientadora Manu, não teria conseguido sem você. Obrigada pela paciência, carinho, pela atenção, pelos puxões de orelha e por não ter infartado com minha imensa

tranquilidade, se é que se pode chamar assim (risos). Parabéns pela dedicação, determinação e empenho com que leva a vida. É um exemplo de perseverança e fé, quando for “gande quero ser assim” (risos). Enfim, meu muito obrigada!

Aos meus amigos: Lud, Edna e Deza, pelos ouvidos (risos), conselhos e por sempre estarem comigo pra o que der e vier, à Nessa, Mi, Jhun e Dani pelo companheirismo e confiança, tenho a certeza que a amizade e o carinho conquistado não será quebrado nem pelo tempo, nem pela distância, à Lucy pela atenção, pelo apoio e doçura, à Lelo por ser meu irmão, meu amigo, saiba que meu carinho é inestimável, a Débora pelas conversas, pela sensibilidade, pelo apoio, saiba que devo muito a você, à Ednael que em tão pouco tempo se tornou uma pessoa mais que especial, como tenho que agradecer à você! As noites em claro me fizeram aprender muito, você é o geniosinho da lâmpada (risos). Amo vocês!

Aos meus professores desses e de outros tempos. Sou o que sou e em grande parte devo a vocês. Ser professor não é pra qualquer um, só para os sensíveis de alma. Obrigado pelos grandes aprendizados!

À minha turma de Educação Física 2005.2, meu agradecimento especial! Com certeza vocês fizeram esse percurso ser muito mais gostoso.

Às professoras da APAE que foram tão solícitas e que me possibilitaram um momento rico de conhecimento, sem vocês isso não seria possível.

À direção da APAE pela oportunidade e por abrir as portas para a pesquisa.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para essa construção, me incentivando e me dando coragem de seguir em frente.

À todos vocês meu eterno muito obrigado!

DEFICIÊNCIAS

Deficiente é aquele que não consegue modificar a vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Louco é quem não procura ser feliz com o que possui

Cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

Surdo é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou apelo de um irmão.

Pois está sempre apressado para o trabalho e querem garantir seus tostões no fim do mês.

Mudo é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia

Paralítico é quem não consegue andar na direção daquelas que precisam de sua ajuda.

Diabético é quem não consegue ser doce

Anão é que não sabe deixar o amor crescer. E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

Miseráveis são todos que não conseguem falar com Deus.

(Mário Quintana)

RESUMO

Pensar as possibilidades da Educação Física na perspectiva da inclusão de crianças, adolescentes e jovens na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do município de Jacobina, tendo no seu horizonte o desafio de apontar para novas realidades situadas na sociedade atual a partir da aceitação das pessoas com todas as suas diferenças e da diversidade como valor enriquecedor da vida dos indivíduos, é a proposta deste estudo. Portanto, o mesmo teve como objeto de investigação A Educação Física na APAE de Jacobina como elemento essencial na Inclusão Social, partindo do pressuposto de que a Educação Física é uma área que possibilita a descoberta do espaço, do corpo e do ambiente no qual se vive, auxiliando na melhoria da auto-estima, do auto-respeito, da cooperação e conseqüentemente promovendo a independência e autonomia dos indivíduos, recursos fundamentais para a inclusão social. Teve-se como objetivo do estudo: Conhecer a Educação Física desenvolvida na APAE de Jacobina - Bahia e as contribuições geradas para a inclusão de seus alunos na sociedade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva analítica tendo como sujeitos três professoras de Educação Física da APAE de Jacobina, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e analisados segundo análise temática de Bardin (2007). Insurgiram assim, quatro categorias que evidenciaram como a atuação e a interferência desses profissionais fazem o diferencial naquilo que é o ponto crucial de nossa intentada, que é perceber os atos diferenciadores, ou não, que colocam as Pessoas com Deficiência em condições tanto práticas quanto espirituais e afetivas de serem incluídas no âmbito social. As considerações finais concordam que a Educação Física trabalhada na APAE de Jacobina possibilita a descoberta do sujeito e contribui para uma realidade menos abstrata, presente e acessível para as Pessoas com Deficiência.

Palavras-chave – Educação Física, inclusão, Pessoas com Deficiência, APAE.

ABSTRACT

Think of the possibilities of physical education from the perspective of inclusion of children, adolescents and youth in the Association of Parents and Friends of Exceptional Children - APAE the city of Jacobina, taking on the horizon point to the challenge of new realities in today's society placed upon acceptance of people with all their differences and value diversity as enriching the lives of individuals, is the purpose of this study. Therefore, it was an object of research in Physical Education APAE Jacobina as an essential element in Social Inclusion, on the assumption that physical education is an area that enables the discovery of space, body and environment in which we live , helping to improve self-esteem, self-respect, cooperation and therefore promoting independence and autonomy of individuals, key resources for social inclusion. It had as objective the study: To know the physical education developed in APAE Jacobina - Bahia and contributions generated for the inclusion of students in society. This is a qualitative, descriptive analytic subjects as having three teachers of Physical Education APAE Jacobina, and data were collected through semi-structured interviews and analyzed using thematic analysis of Bardin (2007). Protesting thus four categories that showed how the influence and interference of these professionals make the difference in what is the crux of our attempts, that is to perceive acts of differentiation, or not, that place with Special Needs - (NAP's) in terms both practical and spiritual and emotional to be included in the social sphere. The final considerations agree that physical education worked in the Jacobina APAE enables the discovery of the subject and contributes to a much less abstract, for the present and accessible(NAP's).

Key-words: Physical Education, Inclusion, (NAP's), APAE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

α	Álpha
β	Béta
γ	Gáma
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAEANAS	Referente as APAEs
DCH IV	Departamento de Ciências Humanas Campus IV
DEC	Decreto
DM	Deficiência Mental
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PC	Paralisia Cerebral
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE'S	Portadores de Necessidades Especiais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
T.O	Terapeuta Ocupacional
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

QUADRO 2 Categorias, subcategorias, e unidades de análise de conteúdo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
II ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA	17
2.1 O SURGIMENTO DAS APAE'S NO BRASIL.....	18
2.1.1 APAE DE JACOBINA – HISTÓRIA.....	21
2.1.2 EDUCAÇÃO FÍSICA NA APAE.....	23
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CONCEITO E ABORDAGENS	25
2.2.1 DEFININDO O CONCEITO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	27
2.2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL.....	30
2.2.3 CONHECENDO AS DEFICIÊNCIAS.....	32
2.2.4 MITOS E PRECONCEITOS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	36
2.3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL – UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL	40
2.3.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – ASPECTOS LEGAIS.....	45
2.3.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LDB/96.....	48
2.3.3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL – O QUE O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA TEM COM ISSO?.....	50
III METODOLOGIA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	55
3.1 PESQUISA DE CAMPO: UM EMBATE COM A REALIDADE.....	55
3.2 O CENÁRIO DA PESQUISA.....	57
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	58
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	59
3.5 COLETA DOS DADOS.....	61
3.6 ANÁLISE DE DADOS.....	62
3.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	63
3.8 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	65
3.8.1 O desenvolvimento da prática pedagógica.....	66
3.8.2 Treinamento para a participação dos alunos em Olimpíadas APAEANAS.....	74
3.8.3 A Educação Física como promotora da autonomia e da independência.....	76
3.8.4 A Educação Física na APAE	79

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES	89

INTRODUÇÃO

O senhor... mire e veja o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra. Muitão.
Guimarães Rosa

Se todos os seres humanos têm o mesmo valor e se este valor vem da diversidade, porque ao olharmos para as diferenças infinitas do ser humano imediatamente a julgamos?

Este questionamento reflete a tarefa árdua e difícil de como é discutir a inclusão. Todas as pessoas, aparentemente, mostram-se interessadas em tornar a sociedade menos excludente, menos preconceituosa, mais acolhedora; contudo, ainda estamos longe de chegar a um consenso sobre o que é a diversidade e como devemos fazer para incluir plenamente aqueles que, por limitações físicas ou outras, encontram-se excluídos de uma vida plena no seu sentido concreto e material de locomoção, comunicação e acesso às benesses sociais e desfrute, em sua plenitude, dos direitos sociais, como moradia, saúde, educação e saneamento básico, privação que atinge a milhões e milhões de brasileiros.

Utiliza-se de expressões de celebrações à valorização da diferença, pressupondo a valorização de uma diferença em relação à outra, quando na verdade se deveria ratificar e legitimar a diferença, pois através disso pode-se efetivar o valor de cada ser humano através da diversidade infinita que nos caracteriza. Ainda não vemos a diferença, por si só, como um valor independente, mas sempre comparado com outro ou com uma determinada realidade que privilegia ou desprivilegia o sujeito. A diferença, infelizmente, ainda é fator singularizante do indivíduo na sociedade, na qual aquele que a possui tem sobre si um estigma que marca para ele próprio um território delimitado de pertencimento e circulação no seio da sociedade.

Apesar de tais indagações que envolvem o tema inclusão, a sociedade inclusiva já começou a ser constituída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência. Em várias partes do mundo, modificações pequenas e grandes vêm sendo feitas em setores como escolas, empresas, áreas de lazer, edifícios e espaços urbanos, para possibilitar uma participação plena, com igualdade de oportunidades junto à população geral.

E a Educação Física, como se insere neste processo? Sendo a inclusão uma preocupação de todos, e isto sendo uma tarefa árdua, a Educação Física não se difere dentro deste questionamento, isto é, não foge à questão, mas abre-se frontalmente para o debate, reconhecendo tanto as dificuldades quanto o seu papel diferenciador no esforço geral de tornar a inclusão real e plena.

Historicamente se sabe que a Educação Física Escolar envolve a exclusão e marginalização com os menos hábeis, tanto meninas quanto meninos, e pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, temos ciência que a Educação Física contribui ricamente e de forma potencial para o desenvolvimento e conhecimento do próprio corpo. (SOLER, 2009). Nesse sentido, a Educação Física Inclusiva surge como uma proposta a partir da qual todos possam aprender juntos e compreender que não somos todos iguais e sim absolutamente diferentes.

A população de deficientes no Brasil é considerável, e muitos deles são atendidos através da Educação Especial, componente curricular que procura, seja nas escolas seja em instituições específicas, atender a essa população assegurando dar a ela condições para desfrutar, de forma igual, as possibilidades da educação em toda a sua plenitude e também no seio de sua vivência cotidiana em sociedade (MAZZOTTA, 2005) .

Se o enfoque na Educação Inclusiva acontece com mais ênfase neste final e início de século, ela não constitui, por outro lado, uma preocupação do tempo presente. As primeiras medidas educacionais concretizadas, voltadas ao atendimento dos deficientes aconteceram na Europa expandindo para os Estados Unidos e Canadá, só posteriormente para outros países estando incluso o Brasil. Foram expressões para caracterizar o tal atendimento educacional: Pedagogia Emendativa, Pedagogia Curativa, Pedagogia de Anormais, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Terapêutica. Algumas dessas expressões são até hoje utilizadas (AUGUSTA, 2006).

Inspirados em tais experiências, alguns brasileiros iniciaram no século XIX a organização de serviços para atendimentos a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante um século, as providências caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, o que refletia o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional das pessoas com deficiências.

Contudo, a inclusão da chamada “educação de deficientes” ou “educação especial” na política educacional brasileira, só vêm a ser concretizada no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX (MAZZOTA, 2005).

No dia 11 de dezembro de 1954, tendo como inspiração Beatrice Bemis, recém chegada ao Brasil, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de “excepcionais”, fundou na cidade do Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Na época, procurava-se dar as Pessoas com Deficiência noções das atividades do dia-a-dia. Não se tinha a preocupação com os conhecimentos a cerca da leitura e escrita, mas sim com os hábitos para se levar uma vida normal.

Neste mesmo momento, organizou-se uma equipe técnica multidisciplinar para estabelecer um diagnóstico inicial que precedesse o tratamento e o processo educacional nas APAEs.

Hoje, a APAE possui um papel fundamental, pois têm a missão de promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAEs, na perspectiva da inclusão social de seus alunos.

A Educação Física neste processo surge em 1967/68. São contratados dois profissionais com o objetivo de oferecer a Educação Física na APAE, no sentido de facilitar a integração social dos alunos e fazer com que os alunos achassem a escola mais alegre e divertida, facilitando a sociabilização.

Um professor de Educação Física passou a fazer parte da equipe técnica de Avaliação e Diagnóstico do comportamento da criança. A partir de então, várias APAEs introduziram a Educação Física nos currículos de suas escolas, e muitas delas até com profissionais especializados.

A partir daí, as Pessoas com Deficiência atendidos nas APAEs começaram a praticar várias modalidades esportivas: basquete, handebol, futebol de salão, futebol de campo, atletismo, natação, entre outras. Na Educação Física Especial, é muito comum depararmos com uma total falta de interesse, pois a alegação principal é de que as crianças não possam passar de um determinado ponto, e assim elas ficam marginalizadas e excluídas de muitas atividades.

A participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física é muito importante para que ele desenvolva suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração, e de inclusão social, favorecendo a sua autonomia e independência (SOLER, 2009, p.94).

Entende-se então, que a aula de Educação Física deve ser um exercício de convivência, em que as pessoas aprenderão a construir uma nova sociedade, sem discriminação, e com atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, não havendo lugar para o preconceito e a exclusão.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física sugerem que os professores de Educação Física utilizem conteúdos que serão abordados nas escolas regulares como: esportes, lutas, jogos, ginásticas, atividades rítmicas e expressivas.

E no que se trata aos alunos com deficiência, o PCN de Educação Física aborda que o professor deve garantir condições de segurança aos alunos e este poderá fazer adaptações na aula para que todos possam participar das atividades, contudo se referindo também à escola regular.

Toda pesquisa surge de uma necessidade de satisfazer uma inquietação e ou questionamentos a cerca de um determinado tema. Nessa perspectiva, o presente estudo parte do **pressuposto** de que a Educação Física desenvolvida na APAE é uma área vasta em subsídios essenciais para um programa de educação voltada para os deficientes, possibilitando a descoberta do espaço, de um esquema corporal e do ambiente em que se vive. Além de auxiliar na melhoria da auto-estima, do auto-respeito, da cooperação, conseqüentemente promovendo a independência e autonomia, recursos fundamentais para a inclusão social.

O **objeto de estudo** é a Educação Física na APAE de Jacobina como elemento essencial na inclusão social. Tendo como **questão norteadora**: De que maneira a Educação Física aplicada na APAE vem contribuindo para a inclusão dos alunos na sociedade?

Para tanto, o estudo parte de um **objetivo geral** que é conhecer a Educação Física desenvolvida na APAE de Jacobina e as contribuições geradas para a inclusão de seus alunos na sociedade.

A **motivação** para a realização da pesquisa partiu da necessidade de compreender e adquirir conhecimentos mais concretos a cerca da Educação Física Especial, Educação Inclusiva, Diversidade e Deficiência. Partindo de reflexões sobre a valorização do outro, do respeito à pluralidade e da busca por condições de igualdade que se estabelece como princípio básico de cada ser humano.

Dividimos o nosso trabalho em quatro capítulos, os quais, por sua vez, são subdivididos em tópicos discursivos que procuram dar conta da problemática abordada.

No primeiro capítulo fazemos uma abordagem da instituição APAE no Brasil e no município de Jacobina, abordando sua origem e seu desenvolvimento, bem como sua organicidade. Os dados referentes ao funcionamento e história da APAE de Jacobina não foram fáceis de serem encontrados, isto é, documentos referenciais que atestem a atuação desta instituição na cidade. Contamos com atas de reuniões, conversas com profissionais do local e informações disponibilizadas em sites da APAE de vários pontos do Brasil, ainda neste capítulo situamos a Educação Física dentro deste contexto.

Depois de apresentar a instituição pesquisada, sua realidade, história e a funcionalidade educacional da mesma, discutimos no segundo capítulo as confusões em torno do conceito de Pessoas com Deficiência, apresentando as diversidades de opiniões entre os especialistas quanto à forma correta de expressá-los. Além de apresentar as multiplicidades de conceitos, discutimos também às variedades de deficiências, apresentando, junto a esta multiplicidade, os mitos e preconceitos que envolvem as pessoas com deficiência.

Paralela a uma problematização das implicações que envolvem as pessoas com deficiência frente ao desafio da inclusão, consideramos pertinente discutir os aspectos legais e a legislação no que se refere a elas. A perspectiva apresentada pela nossa lei educacional maior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96 é considerada em nosso trabalho. Tratando-se da legislação é importante observar e ressaltar que ainda falta muito para efetivar, na prática, os direitos das Pessoas com Deficiência.

Os resultados das entrevistas e das análises das mesmas são apresentados no último capítulo. Nele fazemos a caracterização da pesquisa, do público alvo e explicitamos a metodologia utilizada. Neste capítulo fazemos maiores considerações a respeito da prática e da atuação do profissional de Educação Física no contexto específico da inclusão de pessoas com deficiência, apresentando o que é feito e as possibilidades, tanto na APAE de Jacobina como para os profissionais em geral em contexto semelhante.

O nascedouro desta pesquisa, é preciso dizer, não está desvinculado de uma preocupação pessoal e de experiências anteriores. Durante a graduação tive oportunidades de desenvolver uma sociabilidade e vivência na APAE durante as disciplinas sobre educação especial que compõe a grade curricular do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV. Essas vivências tinham a

finalidade de promover oportunidades aos deficientes, integrando-os a diversas práticas de atividades físicas, além de um auxílio no aprendizado profissional.

Ainda que a disciplina tenha trazido experiências positivas e um quadro de conhecimentos interessantes e aproveitados para a didática profissional, ainda incomodava a falta de preparação, informação e conhecimento. Devido aos currículos dos cursos de Educação Física que ainda são falhos, quando se referem às disciplinas voltadas para Educação Especial e Inclusiva, não tive plenamente satisfeita minha curiosidade e ainda incomodava o desejo de aprender mais.

Cônsua de que os currículos não atendem às dúvidas, nem estabelecem uma formação mais sólida, pois são constituídos por conhecimentos fragmentados, o que não auxilia na ação prática dos formandos, resolvi fazer do meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC como uma oportunidade de aprender conhecer mais e de contribuir, modestamente, para que mais pessoas, quer na academia quer fora dela, conheçam e se importem com as limitações e com as possibilidades das Pessoas com Deficiência, vendo neles não pessoas com falta de algo, mas como pessoas especiais, como de fato são, por não deixarem que a falta de uma habilidade física os impeça de viver a vida e sonhar. Apontar para a possibilidade de uma vida digna e plena através da Educação Física, apesar das dificuldades em um mundo que não foi feito pensando em suas limitações, é o que esperamos conseguir com este trabalho.

II ASSOCIAÇÕES DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA

“Olhar o mundo com a coragem do cego, ler da tua boca as palavras com atenção do surdo, falar com os olhos e as mãos como fazem os mudos.”
(Cazuza)

As Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, conhecidas pela sigla APAE, começam sua história no Brasil a partir de 1954, começando a funcionar em velho prédio cedido pelo Instituto Lafayette, na época localizado na Rua Hadock Lobo, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro (BRASÍLIA, 2001).

As APAEs começam sem escola, e só depois é que a instituição se preocupa em oferecer, inicialmente, conhecimentos de leitura e escrita, esforço que é levado adiante também com a instauração da primeira equipe multidisciplinar para estabelecer um diagnóstico a respeito das possibilidades de trabalho educacional nas APAEs (BRASÍLIA, 2001).

É a partir de 1967 e 1968 que as APAEs começam seu rico e frutífero diálogo com a Educação Física, fazendo com que a APAE carioca contrate, nesse mesmo ano, dois profissionais de Educação Física. O objetivo era integrar socialmente os alunos com a sociedade. O professor de Educação Física faz parte, de imediato, da equipe técnica de Avaliação e Diagnóstico do comportamento das crianças que frequentam a APAE (BRASÍLIA, 2001).

A partir da inclusão da atividade educativa nas APAEs e dos profissionais de Educação Física começam a ser praticadas diversas modalidades esportivas nas associações, como handebol, futebol de salão, futebol de campo, atletismo, natação entre outros. Desde o seu início, as associações percebem o esporte como um grande fator de promoção das sociabilidades dos alunos, coisa que é perseguida ainda pela Educação Física (BRASÍLIA, 2001).

Em 1972 as APAEs brasileiras, já organizadas em uma Federação Nacional, enviam a Paris um representante para o Congresso Internacional de Pessoas Portadoras de Retardo Mental. O presidente da federação, ao desembarcar no Brasil, traz de lá várias idéias que aqui

são aplicadas, como desfile de jovens portadores de necessidades especiais e realização de Jogos Olímpicos para Portadores de Necessidades Especiais (BRASÍLIA, 2001).

As APAEs constituem um marco junto as Pessoas com Deficiência, constituindo-se como uma força mobilizadora a nível político e representativa dos mesmos; além disso ela preenche um grande espaço na medida em que se torna uma instituição destinada a acolher as Pessoas com Deficiência e dar a eles possibilidades de trabalho e educação, como também de seu próprio desenvolvimento cognitivo, intelectual e emotivo. Seu papel e sua contribuição são de longe perceptíveis e palpáveis, e constituem uma página de sucesso escrita com esforço e luta, constituindo-se numa prova concreta das possibilidades de ação e de realização que a vida reserva para todos independente das limitações físicas.

2.1 O SURGIMENTO DAS APAE'S NO BRASIL¹

Embora as APAE's não sejam recentes atuando em boa parte do Brasil há pelo menos mais de cinco décadas, a bibliografia disponível sobre as mesmas não é tão fácil de ser encontrada ou mesmo manuseada. Tratando-se de uma instituição que nasceu no sudeste, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, as informações não entram em detalhes, se apegando a dados técnicos e objetivos que não permitem entrever outras leituras, coisa que seria possível se houvesse mais literatura disponível tratando do contexto específico do surgimento das APAE's no Brasil e dialogando com as formas dominantes do pensamento social e educacional brasileiro.

A fonte de que dispomos, e que utilizamos em nosso trabalho, sobretudo naquilo que diz respeito à sua parte histórica, se constitui, em sua maior parte, de informações retiradas do site da instituição. Consta nele um registro histórico dos inícios da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Segundo o site, a APAE se destaca por ser um movimento pioneiro na assistência as Pessoas com Deficiência.

¹ In: www.apae.com.br, acessado no dia 05 de fevereiro de 2011, às dez horas. A maioria das informações deste tópico foram retiradas do site da APAE, site que reúne as informações da instituição e de suas atividades. A pesquisa neste ponto é limitada à existência de poucas fontes e à forma descritiva como elas relatam e testemunham a respeito da história da instituição. Assim, o leitor encontrará neste tópico as mesmas informações que encontrará no site da instituição, caso acesse; diante da natureza descritiva das informações não tivemos como contrapor com outras bibliografias ou fazer uma crítica pela escassez de documentos tratando especificamente dos percalços e acertos da instituição ao longo de sua história.

Fundada em 11 de dezembro de 1954, cidade do Rio de Janeiro, quando da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, oriunda dos Estados Unidos, integrante do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. Nos EUA, Beatrice já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos em todo o país, e não existir uma delas no Brasil foi algo que a admirou.

Um grupo de pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, motivados pelo entusiasmo de Beatrice, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil, com a primeira reunião de seu Conselho Deliberativo ocorrendo no mês de março de 1955, na sede da então Sociedade Pestalozzi do Brasil. Esta cedeu para a recém fundada APAE parte de um prédio, coisa que possibilitou a instalação de uma escola para crianças excepcionais, conforme desejo do professor La Fayette Cortes, presidente da Sociedade Pestalozzi.

Segundo informações do site, a entidade passou a contar com a sede provisória onde foram criadas duas classes especiais, cada uma com cerca de vinte crianças. A escola se expandiu, enquanto o tempo testemunhava a transformação das crianças em adolescentes; rápido, os mestres perceberam a necessidade de atividades criativas e profissionalizantes que pudessem reter a atenção desses adolescentes. Tal preocupação resultou no surgimento da primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil. Esta primeira oficina deve muito à professora Olívia Pereira.

Essa primeira experiência espalhou-se para o Brasil, e de 1954 a 1962 vemos surgindo várias outras APAE's. Em 1962, no final do ano, contam-se com duzentas instituições existentes, na maioria no Estado de São Paulo, onde também acontece a primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos; essa reunião foi presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislau Krynsky. Dela participaram as associações de Caxias do Sul, Curitiba, Jundiáí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda. De forma inédita tínhamos no Brasil uma incipiente discussão sobre a questão da Pessoa com Deficiência com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área.

Para uma melhor articulação de suas idéias, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional, melhor e mais articulado. Para isso, tiveram como primeira idéia a formação de um conselho e a segunda a criação da Federação de APAE's. Prevaleceu esta última, que foi fundada no dia 10 de novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em

São Paulo, no consultório do Dr. Stanislaw Krynsky. O primeiro presidente da diretoria provisória eleita foi o Dr. Antônio Clemente Filho.

Como sociedade civil prestadora de serviços a APAE, ou entidade congênere, assume uma missão institucional que visa o bem estar da pessoa portadora de deficiência na sociedade, para isso postula como sua função “assegurar a qualidade de vida da Pessoa com Deficiência; possibilitar a sua independência e possível autonomia; promover a sua normalização e contribuir para o resgate de sua cidadania”, garantindo uma efetiva e real participação na comunidade em que está inserida. Seguindo modelos teóricos de então, e conforme se acreditava nas idéias e na pedagogia da época, tal função será exercida através de um processo sócio-educativo que se desenvolve desde o nascimento até a vida adulta.

Os programas de atendimento devem ser diversificados, com embasamentos teóricos e práticos, devendo-se levar em conta aspectos como o espaço físico, os recursos financeiros e humanos existentes na instituição e disponíveis para satisfazer a demanda da comunidade. Se não há, por exemplo, possibilidade de manter um serviço médico ou odontológico, na instituição, deve-se recorrer a estes profissionais em uma unidade básica de saúde.

Da natureza geral do trabalho desenvolvido nas APAE's listamos os seguintes: prevenção da deficiência; oferecimento de educação precoce, básica e profissional; disponibilidade de programas de arte, lazer e esporte e atendimento ao idoso.

Uma das características marcantes das APAE's é a importância dispensada às famílias, consideradas como núcleos sociais primários; por isso são os únicos a propiciarem certas condições peculiares, como o amor, apoio ao crescimento, maturação e inserção da vida do jovem na sociedade. A compreensão do quão importante é a família levou e leva a APAE a inseri-la em todos os seus eventos e programações, política que tem se mostrado certa, pois tem ampliado, conforme a própria instituição, os seus âmbitos de atuação, se inserindo em áreas como administração, programas de atendimento e atuação política. As APAE's são abertas às necessidades das famílias, coisa que propicia a criação de um forte vínculo entre a instituição, profissionais e família, estabelecendo a confiança e construindo o diálogo. Tal política conquista a família, que se faz parceira da educação, habilitação e reabilitação da Pessoa com Deficiência.

A instituição considera o entrosamento entre famílias e a comunidade como fator de sucesso para se alcançar a inclusão dos alunos, fazendo isso com respeito e conservando sua dignidade. A instituição revela ter bem claro para si quais são suas funções e em que constitui

exatamente seu trabalho. A instituição apresenta em seu site três pilares dialéticos sobre os quais se fundamenta sua filosofia de ação.

- Primeiro, temos que a instituição voltada para as famílias e para o papel específico no processo de integração de seus filhos na sociedade. A APAE considera as famílias como parceiras nesse processo.
- Segundo, as famílias procuram se envolver nas atividades e reforçar a instituição, não deixando para ela toda a responsabilidade pelo desenvolvimento de seus filhos. A família procura dividir a responsabilidade, trabalho enfatizado entre APAE e famílias e, por último,
- A instituição e as famílias procuram atuar juntas na sociedade onde se fazem presente, derrubando tabus e preconceitos existentes e conscientizando a população a respeito do seu trabalho.

Assim delimitada sua filosofia de trabalho as APAEs conseguem lograr êxito na sua tarefa de tentar, com os recursos de que dispõem, realizar a inclusão em meio a um ambiente adverso e muitas vezes hostil.

2.1.1 APAE DE JACOBINA – HISTÓRIA

Conforme ata da instituição, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Jacobina foi fundada em 10 de setembro de 1988, fundada como uma sociedade civil e de caráter assistencialista, sem fins lucrativos, com duração ilimitada e elegendo como Foro a cidade de Jacobina – Bahia.

A finalidade desta instituição não é diverso da finalidade geral das APAE's. Sendo seu estatuto praticamente o mesmo, nele consta que as finalidades da APAE são:

- Proporcionar atendimento e acompanhamento médico-psicopedagógico para crianças e adolescentes portadores de deficiência mental e distúrbio de conduta, garantindo-lhes as mínimas condições necessárias para a inserção adequada na vida familiar e comunitária;
- Criar um estabelecimento especializado destinado ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação, inserção social do excepcional;
- Desenvolver a cultura especializada e treinamento de pessoal destinado a trabalhar no campo de educação do para o excepcional;

- Esclarecer, orientar e auxiliar os pais e amigos na conduta relativa ao excepcional;
- Pleitear junto aos poderes públicos competentes medidas normativas e administrativas, visando os interesses do excepcional;
- Promover medidas comunitárias de âmbito municipal e regional que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar do excepcional, onde quer que se encontre;
- Levar o público a conhecer melhor o problema do excepcional e cooperar com as entidades interessadas nos mesmos problemas;
- Diligenciar, por todos os meios de divulgação apoio a opinião pública e dos órgãos oficiais, para a solução dos problemas dos excepcionais;
- Organizar a assistência ao excepcional egresso dos estabelecimentos especializados ao excepcional independente de idade;
- Encarregar-se da defesa dos interesses jurídicos do excepcional;
- Organizar e recolher fundo para a realização dos propósitos da associação;
- Promover relações de intercâmbio com entidades nacionais ou estrangeiras de objetivos análogos visando ao estabelecimento de troca de conhecimentos e ajuda mútua;

Apesar de extensa a lista das finalidades, dá para perceber a amplitude de ação com que a APAE se propõe atuar, e de como alguns princípios da inclusão ressoam em seus objetivos.

Na ata de fundação e de reuniões pudemos perceber a presença de pessoas importantes da comunidade e de como os membros se articulavam em relação aos poderes da cidade, registrando em ata os pedidos de terreno e toda a logística que naquele momento inicial eles julgaram necessária para levantar a APAE na cidade de Jacobina. Nas atas faz-se muita alusão ao espírito comunitário da comunidade, evidenciando a solidariedade como algo procurado desde os seus inícios.

A APAE de Jacobina continua fazendo um belo trabalho; capaz de absorver os portadores de necessidades especiais da cidade, ela, contudo, não conta com o apoio necessário para desenvolver a plenos vapores seus projetos e o propósito de inclusão dos jovens jacobinenses que a frequentam.

A APAE também é reconhecida publicamente por seus méritos e presente nos eventos da cidade, participando, sua direção, da vida política da cidade e ela mesma realizando eventos que favoreçam tanto a instituição como os educandos.

2.1.2 EDUCAÇÃO FÍSICA NA APAE

Como já dissemos, os inícios da APAE no Brasil ligam-se à prática imediata da Educação Física como aliada para o trabalho com as crianças e jovens. Tanto que na primeira formação de equipe técnica estavam nela inclusos professores de Educação Física (BRASÍLIA, 2001).

Foi lá que, durante os seis primeiros anos de criação das APAE's, sua Diretoria e seu Conselho se reuniam para decidir sobre a tradução de trabalhos estrangeiros e de livros especializados, que traziam informações sobre deficiência mental e integração das Pessoas com deficiência, começando por fomentar a produção e a disseminação de literatura específica em torno da questão.

O objetivo maior das APAE's era propiciar aos jovens que a freqüentassem um espaço de lazer e de trabalho no qual pudessem suas habilidades e exercitar seus corpos com a realização de atividades desportistas e lúdicas.

Este início da APAE tem uma grande importância, pois ela foi de grande valia para a defesa dos direitos das Pessoas com deficiência em um momento onde a ignorância era geral e que não se falava, como hoje, em inclusão e Educação Especial com tanta abrangência e proficuidade de estudos e preocupações. Aos poucos vai se consolidando como a porta-voz dos direitos das Pessoas com deficiência junto aos organismos internacionais e também junto à sociedade brasileira.

Preocupada em discutir a Pessoa com Deficiência, a APAE inclui a Educação Física em seu currículo, isto é, em sua programação de atividades desde o seu início, não concebendo a inclusão e a criação de oportunidades de sociabilidades para os seus alunos sem a participação de um profissional de Educação Física.

A Educação Física, que por tanto tempo serviu aos desejos mais espúrios do Estado, contribui, como antes do surgimento da APAE, para a incrementação de atividades físicas no cotidiano das pessoas. No contexto específico da APAE a Educação Física tem contribuído para o desenvolvimento mais a contento da Educação Especial, isto é, tem oferecido as Pessoas com deficiência vivências de aprendizagem e de motricidade que não neguem suas identidades, mas que trabalhem com elas, afirmando as deficiências como diferenças e não como sinais mutiladores, limitadores ou fatores de inferiorização das potencialidades do indivíduo. A Educação Física tem contribuído de modo afirmativo e

considerável para a percepção de que a deficiência significa meramente a necessidade de se fazer as mesmas coisas de um outro jeito, de uma outra maneira, mas nunca afirmando a impossibilidade de fazê-las, reconhecendo “as diferenças culturais, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais, afetivas” (Mittler, 2003, p. 14), ajudando na construção de uma ética social que perceba as diferenças, que todos a rigor a possuem e que todos, da mesma forma, são singulares.

2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS – CONCEITO E ABORDAGENS

“Imagine todas as pessoas
compartilhando o mundo todo.”
(John Lennon)

Cada vez mais temas antes considerados marginais sobem ao palco acadêmico e a partir dele constroem um raio discursivo de considerável alcance; apesar das críticas ao auto e procurado isolamento da universidade, sobretudo quando ela foi pensada para poucos, como acontece no Brasil, não se pode fechar as portas para aquilo que a sociedade toma para si como sua preocupação genuína. Ao menos minimamente a universidade continua merecendo crédito de ser um espelhamento das preocupações sociais, coisa que indica, por outro lado, que a própria universidade está se tornando mais aberta e democrática. Um destes temas é a problemática representada pelas Pessoas com Deficiência, problemática que é, em última instância, um problema de todos, na medida em que o mundo material e funcional no qual nos movemos não é e não foi pensado para atender essas pessoas. O problema, então, é na verdade um desafio: como desconstruir nossa racionalidade cartesiana e excessivamente técnica para incluir, dentro de uma outra racionalidade, a diferença enquanto valor e a diversidade e a pluralidade como realidade, riqueza e possibilidade, e não como cortes ou censura, nem muito menos com privação ou limites.

Tal é o quadro que temos diante de nós quando o assunto é as Pessoas com Deficiência, como doravante os identificaremos neste trabalho. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em estimativa realizada para o ano 2000, existem no Brasil uma média de 24,5 milhões de brasileiros com alguma deficiência (SACI, 2003b, apud SILVA *et alii*, 2004, p. 110). Ainda segundo os mesmos autores, fazendo uso de um estudo da Organização Mundial da Saúde, 10% das pessoas residentes na parte geográfica conhecida como Terceiro Mundo possuem algum tipo de deficiência.

Tal população não pode, de forma nenhuma, continuar ignorada, como se não existisse. Contudo, aparecer, se fazer presente e se fazer ver e ouvir, coisa que já começa a ser feita com relativo sucesso, está longe de ser o suficiente. Ouvir e ver essa população não dá a ela o que ela precisa, de direito, que é o reconhecimento social materializado na forma de ser fazer o mundo, isto é, com construções, casas, vias públicas, e, sobretudo escolas abertas para

a discussão das realidades que lhe são específicas. Neste particular, é válido dizer que só estamos iniciando a caminhada, e que falta muito ainda por ser feito.

Neste quadro, as escolas têm um papel grandioso a cumprir. Tratar dos deficientes ou portadores de necessidades especiais, como quer que os chamemos significa mudar a lógica dos nossos valores; significa abrir espaço em nosso mundo simbólico para a instauração de presenças antes não reconhecidas por nós, e presenças que irão requerer afeto e atenção, coisas para as quais não se prepara de um dia para o outro. Se a nossa sociedade é excludente, não é por outra razão que a dos valores e moral assumidos por ela também o serem, e nesse processo, tratando-se de uma sociedade burguesa, a instituição cuja responsabilidade maior é o ensino e a transmissão de conhecimentos, com um pano moral a lhes presidir no fundo, são as escolas. É a escola que tanto constrói quanto destrói, é ela que tanto ajunta como espalha, a depender das concepções políticas dos atores que nela atuam. Como já demonstrou FREIRE (1987), na escola todo e qualquer professor ou está a favor de algo e alguém ou está contra algo e alguém. Não existe neutralidade, uma vez que não existe, como demonstrou o filósofo grego Aristóteles, homem que não seja ele mesmo um animal político. Não existindo ação ou ato humano apolítico, é de pressupor que toda nossa prática se coaduna com alguma realidade que, no seu desabrochar, contribui ou não para a melhoria da realidade social, uma vez que é esta a função maior da escola.

Assim sendo, a escola tem um grande poder de, a partir de sua prática e de sua ação educativa, formar para uma outra sociedade, com novos valores e novos pressupostos políticos. No entanto, isso não se faz com vontade apenas. É preciso que a escola se desligue de seu casamento com a lógica do mercado e do trabalho, e cumpra aquilo que deveria ser sua missão, que é ensinar para a felicidade, que é tornar a vida mais cheia de alegria e prazer, e não passar conteúdos para passar no vestibular. Não é para deixar de passar conteúdo para o vestibular, mas é que dar para fazer isso sem ela se resumir, por inteira, em um local onde se aprende uma profissão para depois se entrar no mercado de trabalho. A escola, numa sociedade capitalista, não pode deixar de ser o lugar de reprodução da lógica capitalista. Conseqüentemente não podemos esperar dela algo diferente, mas também não podemos ser fatalistas, como todos aqueles que acham que a vida não tem jeito e que não cabe fazer mais nada. A escola, por pior que ela seja, continua sendo ainda o melhor lugar para se pensar a formação dos sujeitos e a reconstrução da sociedade. Em suma, escola e história se apresentam como pressupostos necessários para se pensar qualquer problemática social, pelo

fato de serem e conservarem aquilo que é mais importante: continuarem sendo lugares de possibilidades, longe do determinismo. A escola pode ser um lugar onde as Pessoas com Deficiência comecem a trilhar uma outra história, num claro raciocínio de que a história nunca está terminada nem encerrada para as dificuldades daqueles que possuem alguma deficiência. Havendo vida a se viver, há necessariamente possibilidades de se viver essa vida de forma inaudita, não determinista. É neste espaço de indeterminação que novas diretrizes, novas posturas e novos caminhos podem e devem ser trilhados na busca por uma realidade inclusiva, digna e justa as Pessoas com Deficiência.

2.2.1 DEFININDO O CONCEITO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Antes de adentrarmos à discussão, cabe uma elucidação, uma definição conceitual para o que se entende como Pessoas com Deficiência. Existem muitas definições e confusões teóricas a respeito, com cada lado justificando o porque que o seu termo é mais correto que os outros ou mais apropriado. Tal confusão não é de hoje, mas vem desde que a questão tem se colocado às instituições públicas e se transformado em preocupação social, e mais contemporaneamente em uma questão de política pública.

As Pessoas com Deficiência já passaram por várias definições ao longo da história. SASSAKI (2003)², em um artigo interessante, faz um levantamento histórico de como as Pessoas com Deficiência foram identificadas ao longo do tempo. Os termos são vários, e entre eles temos: *inválidos*, que significa pessoa sem valor; *incapacitados*, denotando serem incapazes; *defeituosos*, apontando para indivíduos com deformidades; *deficientes*, sugerindo a existência de deficiências nos sujeitos; *excepcionais*, para significar algo extraordinário que ocorre aos sujeitos. Os termos mais modernos e correntes também são usados pelo autor, como *peessoas deficientes*, *peessoas com deficiência*, *peessoas portadoras de necessidades especiais* entre outros. Tais termos, coletados por SASSAKI (2003), dão conta da variedade de vocabulário usado para identificar essa população.

O termo usado pelos Parâmetros Curriculares – PCNs (1998, p. 23) modifica a expressão para portador de necessidades educacionais especiais. Segundo os PCN's (1998, p. 23) essa expressão

² In: www.pjpp.sp.gov.br. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** Matéria publicada em livro de Romeu Sassaki, intitulado Vida independente: história, movimento, liderança, conceito e fundamentos. RNR, 2003.

A expressão ‘necessidades educacionais especiais’ pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldade de aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência (s).

Um outro termo variante, “necessidades educativas especiais”, também corrente, é criticado por Sasaki (apud SOLER, 2009, p. 28), quando este afirma e aponta para a inadequação do termo, dizendo ser

(...) incorreto o termo ‘necessidades educativas especiais’. As necessidades especiais podem ser educativas, ou seja, concernentes à Educação, pertinentes ao campo da Educação. O adjetivo ‘educativo’ (e suas flexões) significa: ‘que educa; instrutivo; que serve para educar’, como em ‘métodos educativos’, ‘campanha educativa’, ‘filme educativo.’ Portanto, ‘necessidades educativas especiais’ é um termo que não traduz o que os educadores realmente querem dizer – necessidades educacionais especiais.

Tamanha é a confusão que, como se vê, a mudança da expressão *educativa* para *educacional* provoca discordância a respeito da melhor viabilidade da expressão. No entendimento da Política Nacional de Educação Especial (Brasília, 1994), alunos portadores de necessidades especiais são aqueles que

(...) por apresentarem necessidades próprias e diferentes dos demais alunos, requerem recursos pedagógicos e metodológicos educacionais específicos. Consideram-se integrantes desse grupo os portadores de: deficiência mental, visual, auditiva, física, múltipla, condutas típicas e altas habilidades.

A Política Nacional de Educação Especial reconhece a multiplicidade das deficiências, e aponta para elas a necessidade de recursos pedagógicos e metodológicos específicos para atender a esta clientela específica. Estes ditos recursos e metodologias diferenciadas parecem ser o que mais de comum se encontram em toda a confusão teórica. Mazzotta (1982, apud SOLER, 2009, p. 29), por sua vez, que não é exceção a esta preocupação comum entre os teóricos, a coloca como necessária, ao definir alunos com necessidades especiais. Segundo ele

(...) em razão de desvios acentuados, de ordem física, intelectual, emocional ou sócio-cultural, apresentam necessidades educacionais que, para serem adequadamente atendidas, requerem auxílios ou serviços especiais de educação, e que “o tipo e grau da deficiência, bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições gerais dos serviços escolares comuns, é que irão servir de indicadores da necessidade ou não da utilização de auxílios e serviços especiais de educação.

MAZZOTTA (1982) vê os recursos e metodologias usados na devida proporção da necessidade especial, sendo o que ele chama de tipo e grau de deficiência. Além destes autores, existem inúmeros outros, que continuarão a rolar citações e definições que variam em maior ou menor escala, valorizando ora as condições do sujeito ora a forma de assisti-lo, ora os meios de lhe tornar acessível a educação; não chegaremos a uma definição única e consensual entre os autores, e não é isso coisa que seja desejável. Afinal, como diz um famoso ditado do filósofo dinamarquês Kierkegaard³, “a unanimidade é burra”.

Soler (2009, p. 29), faz uma referência neste campo, ao abordar a questão com toda a abrangência de visões que ela requer diz, em seu parecer, que o termo correto seria:

Pessoas Mais do que Eficientes, pois o que existem são diferenças que encontramos em qualquer ser humano, e todas elas possuem muitas potencialidades, só que para me fazer entender utilizarei (...) o termo Portador de Necessidades Especiais (PNE's), pois acredito ser o melhor para definir a pessoa com dificuldades para aprender, e entendo também que todas as pessoas possuam necessidades especiais em algum campo.

Bem se vê, e usamos as palavras dos próprios autores por considerá-las necessárias, uma vez que se trata da luta para definir um conceito, que a questão está longe de ser resolvida. Sasaki (2003) é enfático ao chamar esta questão de a questão que não quer calar, aludindo para os panos quentes e saias justas em que a tentativa de definição das Pessoas com Deficiência pode colocar muita gente. No entanto, é sábio e maduro o suficiente, ao mesmo tempo que apazigua a questão ao dizer:

Comecemos por deixar bem claro que jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.

Concordamos com Sasaki (2003) em seu entendimento da questão. A não existência de um termo comum não deve ser algo para se lamentar, mas deve indicar, a multiplicidade das definições, uma riqueza teórica que não deve ser privilegiada. E alertamos para o fato de que, se discutir as Pessoas com Deficiência é reconhecer as diferenças dos mesmos, esta deve ser buscada e reconhecida pela própria pluralidade de definições. Quanto a nós entendemos

³ Este ditado é conhecido e veiculado pela cultura comum, mas quem quiser conhecer maiores referências deste pensador pode consultar a obra **Comprender Kierkegaard**, da Editora Vozes, 2006 e de autoria do professor Franco Farago.

Pessoas com Deficiência como pessoas que tem ou tiveram alguma alteração no corpo ou em sua aparência física, independente da causa.

Cabe aqui ressaltar o que parece um ponto cego em nossa discussão, que é o fato desfilarmos análises e pontos de vista e direcionarmos todos eles contra uma definição utilizada neste trabalho. A crítica ao termo PNE's é aceita, e concordamos com Sasaki (2003) a respeito do despropósito de se tentar resolver a questão com a unanimidade dos especialistas. Qualquer termo deixará de fora algum aspecto, ao passo que incluirá outro, que por sua vez foi desprivilegiado em outra definição. Utilizamos, para nosso trabalho, o termo Pessoas com Deficiência, e acreditamos que o termo em questão, se omite alguma coisa, ao menos não mutila ou diminui a identidade daqueles a quem ele quer representar.

2.2.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

No Brasil o debate em torno das Pessoas com deficiência é algo efervescente, se bem que idas e vindas constantes, mas podemos celebrar um caminho percorrido com seriedade e firmeza no que concerne ao tratamento público do tema. Não são poucas as obras e estudos que cada vez tomam assento na academia e repetidas vezes aparecem na mídia, expressando o que sentem e o que pensam mais de 24,5 milhões de brasileiros⁴ que se encontram privados, de alguma forma, de usufruírem de uma vida digna e plena por conta da negligência das autoridades políticas brasileiras e também pela inércia e incipiência das políticas públicas nessa área. Os números não batem, a depender de quem faça a conta; por exemplo

SOLER (2009, p. 31) arrola dados para o quadro da deficiência no Brasil e aponta para a existência de 10% de Pessoas com deficiência entre a população brasileira, uma quantia considerável, que reflete a lógica das políticas em geral no país, isto é, que as necessidades da maioria não são levadas em conta mas sim procura-se, antes, conservar os privilégios das classes dirigentes do Estado. A lógica infeliz que acomete as Pessoas com deficiência é a mesma que vem acometendo, historicamente, as camadas mais pobres do nosso país.

Outro dado arrolado por SOLER (2009, p.31) mostra que 3 a 5% da população brasileira está comprometida intelectualmente, em vários níveis. Ele ainda mostra a incidência da Síndrome de Down entre os nascimentos de bebês no Brasil, entre outros dados. Vale dizer

⁴ In: SACI, 2003, citado por SILVA, 2004, para dados referentes ao ano de 2000, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

que tais números não são atuais, e que, considerado o devido tempo, iremos encontrar, para este início de século XXI, um maior número de Pessoas com deficiência. Isso equivale a dizer que a população de Pessoas com deficiência, se hipoteticamente considerássemos que ela não tenha crescido, o que é quase impossível, continua sendo tratada de forma desproporcional e desmedida. O que é mais provável, contudo, tal população tende a crescer enquanto que as políticas e as mudanças necessárias para acomodá-los dignamente na sociedade não são feitas com a velocidade necessária. Neste espaço, de acordar para esta realidade e trabalhar no sentido de tornar mais urgentes as necessidades das Pessoas com deficiência é que cabe ao professor de Educação Física interferir, por sua propriedade e proximidade com a questão e também todos os demais autores do processo educacional.

Mesmo considerando que números não são capazes de entregar a realidade como ela é, não podemos de forma nenhuma desconsiderá-los. Eles falam por si só, caso não se fizesse ouvir mais nenhuma outra voz. Diante deles não se pode fechar os olhos, tanto por que não dá para fazê-lo como não podemos fazê-lo; e não podemos não por imposição ou falta de liberdade, mas porque não podemos fugir à responsabilidade de considerar como nossa, também, a causa das Pessoas com deficiência, levando-se em conta a solidariedade como bem fundador do bem estar social entre as comunidades democráticas.

Se muitos concordam a respeito dos números da população de Pessoas com deficiência e também a respeito da multiplicidade das deficiências, e que são geograficamente bem distribuídas, tal concordância não se desdobra em uma sociedade mais aberta e acessível. A nossa sociedade continua sendo acentuadamente excludente, e o ritmo da mudança, ele também, continua sendo muito lento, num claro reflexo de que as Pessoas com deficiência Especiais não constituem prioridade política.

É preciso que a cultura mude para que, mudando, as práticas e os atos sejam também alterados. Neste campo específico de mudar a cultura não podemos negligenciar a escola, pois é ela que, bem ou mal, reúne as melhores e as maiores condições possíveis nesse esforço de mudança. É ela também que deve ser o foco da nossa preocupação quando miramos os as Pessoas com deficiência, pois eles serão mal ou bem integrados na sociedade na medida em que foram bem ou mal integrados e inclusos na escola.

Neste campo específico, as escolas brasileiras precisam, acompanhadas de legislação mais rigorosa, unir a preocupação com Pessoas com deficiência com políticas específicas e gerais de formação de professores para atuar junto aos mesmos. Não teremos êxito em incluir

e integrar as Pessoas com deficiência se não tivermos profissionais preparados para atuar junto aos mesmos nas escolas e onde quer que mais eles estejam, trabalhem ou ocupem seu tempo.

A construção de um outro modelo de educação, como também de escola, por sua vez, não passa apenas pelo crivo dos poderes do Estado, mas deve se constituir antes em uma preocupação social, em algo desejado pela sociedade e transformado, esse desejo, em medidas efetivas nas urnas e nos atos cotidianos, eles também políticos e, na pequenez do dia a dia, construtores da realidade que nos cerca.

A mudança na forma de se perceber os portadores de deficiências no Brasil só será alterado quando tal processo for levado a cabo dentro de um projeto coletivo, nunca isolado, no qual concorram os estudos dos pesquisadores, os esforços da sociedade e as iniciativas no âmbito propriamente político. Dependemos também da implantação de uma política de inclusão escolar que reveja currículo e os velhos paradigmas que norteiam e ainda continuam norteando a escola atual (MENDES, 2004).

2.2.3 CONHECENDO AS DEFICIÊNCIAS

Era prática da cidade-estado Esparta, na Grécia Antiga (FIGUEIRA, 2005), atirar os recém-nascidos com alguma deformidade física para morrerem em algum lugar isolado. Essa lógica era natural e aceita pelos seus cidadãos; ela respondia à lógica de que a cidade precisava viver e sobreviver, e o fazia somente pela guerra. Sendo assim, aqueles que não servissem para defender a cidade não poderiam viver para atrapalhar os que dela se encarregariam.

Embora aos nossos olhos isso possa está revestido com roupas de maldade e incompreensão, devemos ter cuidado no julgamento. Se estamos longe de, na contemporaneidade, imitar Esparta e com isso nos sentirmos melhores com nossa própria consciência, também é outra coisa questionável. O ato de excluir os que não são “iguais” a nós continua válido e perpetuado por uma sociedade competitiva e cruel, mas que sabe muito bem acalmar a consciência alheia, matando e mutilando milhões de indivíduos no silêncio da depressão, da humilhação, da fome, da moradia e dos desejos negados de consumo. Nesse sentido, não existe sociedade mais cruel do que as que se tornaram capitalistas, pois a lógica

delas é fazer da pobreza o seu sustentáculo, é fazer do homem, de sua alma, de seus valores, uma mercadoria vendável em qualquer mercado.

Pensar e conhecer as deficiências de milhões e milhões de pessoas requer que pensemos sobre o lugar das mesmas no seio da sociedade brasileira. Antes de mais nada, é preciso dizer que deficiências não são uma marca sobre os que tem alguma limitação física, mas em termo geral podemos falar como uma particularidade comum a todas as pessoas, se considerarmos que, de fato, todos nós temos uma deficiência. A palavra deficiência não significa que os portadores delas não sejam, por causa delas, incapazes de fazer tudo aquilo que uma pessoa que não tenha deficiência pode fazer. Assim, não quer dizer que quem não tem perna nunca mais possa correr ou que quem não tenha braços não possa dirigir. Aceitar que as Pessoas com deficiência tenham uma vida pela metade não procede com a realidade e com as possibilidades dos próprios deficientes. A deficiência é física, e só física, e isso não encerra a possibilidade de realização dos sonhos e dos desejos, porque a matéria de sua realização não é física, não pressupõe o físico, mas pressupõe a vontade e o corpo, ainda que um corpo incompleto.

Aquilo que seriam as deficiências ou as desvantagens apresentadas pela falta de algum órgão não está inserido na pessoa como sua marca identitária; não faz parte da pessoa, necessariamente, como algo limitador, mas a limitação está nas circunstâncias que cercam as pessoas, no ambiente em que vivem. Comparado com seus pares a sociedade percebe as diferenças e marca as singularidades entre os indivíduos, e o faz situando nos indivíduos a incapacidade, quando na verdade, não deixando a deficiência de existir nos indivíduos, a incapacidade, contudo, não os acompanha. A incapacidade é, assim, um pressuposto, um preconceito, decorrente do não pensar, do não raciocinar, e do não precisar fazer isso porque a própria lógica que nos move só nos faz ver os indivíduos inseridos dentro de uma ordem que é a ordem da produtividade. Antes de qualquer outra coisa, os corpos dos indivíduos são máquinas produtoras de riqueza e de trabalho, e são melhores na medida em que não precisam de “reparações” ou “aparelhos” para poder funcionar em sua “normalidade”.

A sociedade que cria as deficiências também sou eu, isto é, não sou algo fora da sociedade; como criadores de cultura, nós agimos e interagimos com o meio que nos cerca; afetamos e somos afetados pelo ambiente. Como criadores de cultura criamos padrões que servem para nos orientar no nosso cotidiano e na forma de agir no dia a dia. No entanto,

erramos quando acreditamos e validamos um padrão único a nos nivelar, a estabelecer valores, numa clara ignorância de que cada um é diferente dos demais.

O fenômeno da diferença, daquilo que foge ao comum, é algo que marca a história humana, sendo o seu motor mesmo. A história só mudou e só tem mudado porque indivíduos ousaram questionar o comum e resolveram fazer a diferença. Nesse sentido, a diferença incomoda, e incomoda porque é um risco à segurança do conhecido, à ordem vigente, e isso a faz incômoda, quase sinônimo de rebeldia ou de qualquer coisa não muito considerável, claro, do ponto de vista de quem pode ser incomodado por ela.

Sung e Silva (1995, *apud* Soler, 2009, p. 33) nos diz que:

O diferente é aquele que não nos deixa esquecer que a insegurança, a provisoriedade e a relatividade fazem parte da nossa condição humana. Não é à toa que as pessoas que têm mais dificuldade em aceitar e conviver com essa insegurança da condição humana são as mais intolerantes e agressivas contra os diferentes.

Não podemos estabelecer um padrão e, com base nesse padrão, valorar negativa ou positivamente o outro; em outras palavras, não podemos, de forma nenhuma, com base na observação da condição psíquica e física da maioria, dizer que estes são normais e que aqueles que não cumprem são anormais. É viável criar a diferença e até nomeá-la, mas é equívoco valoramos usando o juízo presta ou não presta.

Se nossa sociedade é assim é porque ela foi ensinada assim, e isto significa que aprendemos a ser assim. Conseqüentemente podemos aprender a ser de outra maneira, desde que nos ensinem. É aqui que entra o papel da escola e o trabalho educacional de perspectiva complexa, considerando as observações feitas por MORIN (2001), grande expoente do pensamento educacional francês contemporâneo, onde se leva em conta a complexidade da realidade social nos processos educacionais.

Modificar uma cultura, um jeito de pensar que está cristalizado a tanto tempo, pode parecer algo impossível, mas é algo perfeitamente cabível dentro da prática humana. Além disso, com ou sem intenção humana dirigida as culturas mudam, porque o homem não é estático, mas se move com o tempo, é um ser dialético. Como magistralmente resume Soler (2009, p. 34), “não podemos fazer como a história do otimista e o pessimista, pois o otimista é a pessoa que não faz nada, pois acredita que alguém já está fazendo, e o pessimista não faz, pois acredita que não adianta.” É preciso ver e rever a questão, olhá-la a partir de novas perspectivas, para que a mesma questão se faça ver e ser vista sobre outro plano. Aí então

estaríamos abrindo os caminhos da inclusão e da convivência integradora das Pessoas com deficiência, não importando a sua diversidade de deficiências.

Concordando com alguns pressupostos comuns a respeito do que constitui a deficiência, podemos agora falar especificamente de algumas delas.

O relatório de Reabilitação Internacional da UNICEF (1980), citado por SILVA (2009, p. 37) elenca vários tipos de deficiências. São elas: crianças consideradas com grave lesão mental, deficiência ou retardamento; crianças consideradas de aprendizagem lenta; crianças consideradas com defeitos de fala e linguagem; crianças deficientes de audição; crianças deficientes visuais; crianças com visão parcial; crianças com incapacidade motora; crianças com tipos específicos de deficiências de aprendizagem; crianças com problemas de conduta desajustada e psicóticas e crianças com várias combinações das condições citadas.

De acordo com o desenvolvimento da ciência moderna e das especializações do conhecimento neuro-científico as deficiências vão sendo cada vez mais conhecidas e vão recebendo outros e novos nomes, como também vão sendo detectadas outras deficiências. Quanto à definição de algumas categorias, vamos a algumas delas, fazendo alusão não a todas, mas a algumas que são mais percebidas pelas pessoas, o que não quer dizer que as demais, não contempladas aqui, mereçam menor atenção.

Os deficientes auditivos constituem indivíduos que perderam parcial ou total capacidade auditiva, mas que desenvolvem outros recursos para entendimento da linguagem falada, como a leitura dos lábios. Os deficientes visuais são os indivíduos que tiveram perda parcial ou total da visão. Temos ainda a deficiência física ou motora, que limita a capacidade motora do indivíduo, causada ou por acidente ou por uma lesão no cérebro; a deficiência mental se caracteriza por um padrão intelectual reduzido, abaixo da média normal. Temos ainda como ocorrendo com maior incidência o autismo, que seriam as crianças que não estabelecem relações normais com as demais pessoas integrantes de seu convívio (SOLER, 1999, p.39-45).

Fazer com que estas deficiências e todas que possam existir não ofereçam barreiras nem se constituam em empecilhos para que as nossas crianças e jovens vivam uma vida saudável e prazerosa depende muito do que fazemos no nosso âmbito de trabalho educacional, e depende de nossa prática do ambiente escolar, para tornar este ambiente um lugar onde essa transformação seja possível de ocorrer e se materializar, integrando os jovens e adolescentes no seio da sociedade com condições de desenvolverem suas potencialidades e habilidades.

2.2.4 MITOS E PRECONCEITOS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Para uma melhor compreensão do que se refere a mitos e preconceitos, é necessário que examinemos os seus conceitos e significados. Soler (2009, p. 63), citando o *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, discorre a respeito do entendimento de conceito, preconceito e mito. Segundo o dicionário, *conceito* vem do vocábulo latino *conceptu*, e seria “Tudo o que o espírito concebe e entende; entendimento; idéia, opinião; concepção; síntese; a mente, o juízo, o entendimento; máxima; dito sentencioso; moralidade; parte da charada que indica o significado da decifração”. Quanto a preconceito, este vai dizer que é um “Conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério; superstição; prejuízo; erro”. Por fim, temos a definição de mito, entendida como sendo uma “Representação exagerada de fatos ou personagens reais pela imaginação popular, pela tradição; pessoa ou fato assim representado; idéia ou coisa falsa irreal”.

Tais elucidações são úteis e nos ajudam a compreender mitos e preconceitos que recaem sobre os sobre as Pessoas com deficiência, mitos e preconceitos que não são outra coisa senão fruto da ignorância generalizada e da falta de informação sobre o que constitui de fato deficiências e em que elas implicam. Num país onde a educação continua sendo um privilégio não é de espantar as dificuldades e resistências encontradas tanto por pesquisadores, educadores e as próprios Pessoas com deficiência em se fazerem entender de forma honesta e livre de mal entendidos e idéias que não condizem com a realidade e com a verdade de suas deficiências.

Dessa maneira, iremos encontrar, de forma farta e generosa, ditados e crenças a respeito das Pessoas com deficiência que, apesar de desmentidas por inúmeros meios continuam sendo veiculadas e creditadas. Embora pudéssemos enumerar os mitos e preconceitos que nós mesmos ouvimos no dia a dia preferimos usar a lista elaborada por SOLER (2009, p.63), da qual consta os seguintes mitos e preconceitos:

- Todo mudo é surdo;
- Todo deficiente visual tem tendência para a música;
- Deficiência é sempre fruto de herança familiar;
- Existem remédios milagrosos para curar a deficiência;
- As pessoas com deficiência são eternas crianças;

- Todo deficiente mental é dependente;
- Não adianta ensinar-lhe que ele não aprende;

Os preconceitos e mitos que envolvem as Pessoas com deficiência podem ser superados com a convivência e o reconhecimento da diversidade. Conforme cita Tales (1996):

Se o homem é infeliz, insatisfeito e escravizado a preconceitos, velhas crenças e idéias, opiniões, carente de si mesmo e dos outros, sem acesso ou ao interior, chave da liberdade autêntica, ele é incapaz de viabilizar uma sociedade livre e justa.

Com a desmistificação do preconceito existe a possibilidade de uma sociedade mais justa e humanitária, acolhendo as diferenças e principalmente as valorizando.

Analisando a história constata-se que até o século XVIII os conhecimentos acerca das deficiências eram muito limitados, tendo como consequência a ligação direta com algo sobrenatural, baseando-se no misticismo e ocultismo, estes, por sua vez, sem nenhuma base científica (MAZZOTTA, 2005.p.16).

Assim, as ações tomadas pela sociedade para com os deficientes incluía açoitamentos, castigos, punição, tortura, aprisionamento e até assassinatos. Quando observadas anormalidades em crianças, muitas delas eram encaminhadas aos infanticidas. Esse tipo de trabalho foi condenado pela Igreja Católica; em contrapartida, ela acreditava que essas pessoas encontravam-se possuídas pelo demônio e as submetiam a sessões de exorcismo. A concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação. A explicação reside na visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe falta a razão ou ele é desprovido da providencial ajuda divina.

Tudo isso caracteriza-se por um momento histórico que não concebia a idéia do diferente; as diferenças individuais não haviam sido compreendidas, nem internalizadas; outro ponto relevante é o fato de não se encontrar um papel social para os deficientes numa sociedade produtiva, fazendo com que os deficientes ficassem entregues ao escárnio público, tendo suas deficiências e diferenças depreciadas e humilhadas, como também desprezadas e apontadas como sinal de vergonha.

MAGALHÃES (2002, p. 25), afirma que as Pessoas com Deficiência, ao se desviarem de determinada norma (em aspectos psicossociais, comportamentais, cognitivos, físicos) são estigmatizadas. O estigma diz respeito ao modo depreciativo de avaliar as diferenças ou

características desta pessoa. Estas avaliações depreciativas, muitas vezes, são mais difíceis para pessoas com deficiência do que as possíveis dificuldades provenientes do seu estado porque influencia sobremaneira as atitudes e ações direcionadas à sua pessoa.

Considerando a perfeição como sendo uma busca intrínseca do ser humano, seja ela física ou mental, é compreensível que tudo o que difere de um ser completo, acabado, sem limitações, leva-se à idéia do ‘incapacitado’, do ‘inválido’, do ‘deficiente’.

Assim, as Pessoas com deficiência já foram conhecidas como idiotas, imbecis, cretinas, anormais (Dec-Lei 31 801/410). Mais tarde, como grandes ineducáveis ou anormais educáveis (Dec-Lei 53 401/45); como atrasadas mentais (Dec-35 752/61); como crianças diminuídas (Dec-Lei 45 832/64), enfim, como deficientes, inadaptados, diferentes.

MAZZOTTA (1996) nos traz aspectos dessa ignorância em relação às Pessoas com deficiência :

Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por ‘serem diferentes’, fossem marginalizadas, ignoradas. A própria religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo ‘parecidos com Deus’, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana.

Correlacionando com a história da Educação Física podemos perceber que a Pessoas com deficiência foi discriminado, algumas vezes não podendo nem ser matriculado nas escolas por conta de alguma deficiência.

Em 1938, de acordo com o Decreto 21.241, proibia-se a matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário a alunos cujo estado pedagógico os impedia permanentemente da freqüência às aulas de Educação Física. Neste sentido, temos a função eugênica chegando ao seu limite. Eugenia significa a tentativa, por meio da medicina, de se buscar uma raça pura. Uma grande bobagem que a Educação Física, via medicina eugênica, tentou alcançar. Waldemar Areno, em um triste e lamentável exemplo de 1939, recomenda a esterilização tanto masculina quanto feminina das pessoas com deficiências, como forma de eliminar a tentativa de reprodução dos deficientes.

Estes mitos e preconceitos são advindos, antes de mais nada, da falta de conhecimento sobre o que significam as deficiências e sobre as possibilidades das Pessoas com deficiência,

desconhecimento que faz com que muitas Pessoas com deficiência sejam excluídos, sejam olhados de forma discriminatória, realidade que o profissional de Educação Física, através de seu trabalho, pode contribuir para mudar, na medida em que se torna ator do processo de inclusão dos portadores de alguma deficiência através da realização de atividades físicas, jogos, brincadeiras, excursões ou qualquer outra atividade escolar. É preciso não perder de vista a solidariedade que une os povos, as comunidades e faz a compreensão ser possível. Como diz Sung e Silva (1995, *apud* SOLER, 1999, p. 67),

Ser solidário significa se colocar no lugar do outro, daqueles que são as maiores vítimas dos processos sociais de exclusão, as minorias étnicas, as mulheres, os pobres, as gerações futuras e a natureza, que também é vítima da ação humana. Colocando-se no lugar dos mais fracos e lutando pela garantia de seus direitos estamos, ao mesmo tempo, denunciando a moral do sistema capitalista percebida como sendo a realidade e demonstrando na prática que é possível construir sociedades melhores que esta.

Os autores explicam-se a si mesmos, mas vale acrescentar que esta solidariedade precisa estar bem alicerçada politicamente, empenhada em criar novos valores e uma nova moral, que desbanque a lógica moderna de valorizar o indivíduo a partir do que ele tem e não a partir do que ele é, fazendo das Pessoas com deficiência de alguma deficiência como seres marcados por uma suposta inferioridade, inferioridade que não é real e que não existe, mas que é meramente causada e sugerida pela mídia, porta-voz da sociedade de mercado e que não tem compromisso algum com a mudança social, mas antes com a permanência da ignorância e do *status* atual, no qual se observam o lucro e a reprodução do consumo desenfreado.

Em um contexto assim articulado não são interessantes políticas públicas que responsabilizem os poderes públicos pela sua negligência e inércia. É preciso romper com essa moralidade burguesa, individualista, capitalista até a raiz, e que só produz o afastamento das pessoas mediante os signos da competição e do êxito, competição e êxito vistos do ponto de vista do acúmulo de bens materiais e de dinheiro. É preciso criar laços de vivência e de sociabilidades que escapem ao tirocínio dos interesses capitalistas, que regem nossos desejos mediante a existência do dinheiro e do fato deste ser possuidor quase mágico de um poder de compra e de aquisição que preenche e alegra as pessoas, mas que, no fundo, nos amarra mais ainda na crença da individualidade egoísta que vence o mundo e se afirma apesar dos outros. É somente com outra lógica que conseguiremos retirar de cena os mitos e preconceitos que ainda veiculam e se fazem ouvir e perceber a respeito das Pessoas com deficiência.

2.3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL

Deficiência é não enxergar nas pessoas, as suas verdadeiras eficiências.

Ronne Paulo de Guimarães

A questão da inclusão das pessoas com deficiência é um dos temas mais frutíferos e que mais tem dado contribuições para a temática inclusiva. Debater inclusão, educação especial entrelaçada com Educação Física é um desdobramento tanto teórico quanto prático da realidade social vivida pela população de Pessoas com Deficiência. De todas as formas, não se tem mais como fingir não vê-los ou percebê-los. Mesmo nos círculos mais elitizados, que teria interesse em esconder o que consideram vergonhoso, a necessidade de compreender o porque de tais filhos terem nascido com necessidades especiais faz com que estas preocupações se metamorfoseiem de preconceitos e desentendimentos em um primeiro momento para um tratamento público do tema. Assim, as novelas, sobretudo as novelas da Rede Globo, uma das cinco maiores empresas de TV do mundo, abordam em suas telenovelas algumas situações vividas por pessoas com necessidades especiais, num claro reflexo de que esta realidade não escolhe classe social.

À parte o efeito e a propaganda midiática travestidos de preocupação, temos a genuína preocupação, mais antiga, de setores da sociedade com a temática inclusiva e com a educação especial. Não é de hoje que muitos pesquisadores vêm atentando para o fato de que a escola não se adapta nem tem mais condições de oferecer aos seus alunos um ensino de qualidade e de dar a eles uma visão da complexidade cultural que é a sociedade, em partes porque a cultura presente na escola não é complexa, mas voltada para a reprodução de modelos de matriz europeu que reflete os interesses e os ideais de uma parcela da população brasileira, dominante socialmente na economia e que, por esta via, consegue impor sua visão e sua cultura, apresentando as mesmas como hegemônicas e sufocando as demais culturas e alternativas.

A escola é o centro das atenções no que toca à inclusão quando estamos falando da educação das Pessoas com Deficiência, o que não significa que a inclusão está apenas a cargo da escola. Inclusão é uma totalidade de vivência, e a vida do indivíduo não se resume à

escola. Logo, embora considerável, o alcance da escola na inclusão não é total nem pleno, porque ela é apenas parte da vida do indivíduo.

Nem a escola nem nós podemos continuar tolerando a exclusão das Pessoas com Deficiência como algo normal e lamentável, como uma fatalidade da vida, distribuída dentro da lógica mesquinha e irracional que procura distribuir a todos um consenso pela fatalidade da vida, que faz de uns pobres, de outros ricos, naturalizando a questão sem problematizá-la, apresentando os problemas humanos como problemas causados pelos homens e que não tem causas sobrenaturais ou que sejam impossíveis de solução. É preciso mostrar que a solução das mazelas sociais, e aí se insere a inclusão das Pessoas com Deficiência é uma questão de vontade política, e é isto que não há.

A inclusão é vista por SOLER (1999, p. 79) como a grande oportunidade para a escola se transformar e se renovar, modernizando e aprimorando sua capacidade de lidar com a diversidade e de responder aos desafios da complexidade social que se vê hoje em dia. O'BRIEN (1999, p. 49) vê a inclusão como uma força cultural capaz de renovar a escola e assinala que o lado oposto e o contraponto da inclusão ao modelo tradicional de educação não passa pela competição.

O que seria incluir, em que ela se resume? Incluir, verbo no infinitivo, tem o significado de inserir, introduzir, abranger, compreender, conter, fazer parte. Seria inserir, introduzir determinados atores do processo social em outras realidades que não são lhe pertencentes ou acessíveis. No nosso caso, trata-se de incluir, inserir pessoas com deficiência no meio da sociedade. E o que seria esse “meio” da sociedade?

Incluir no “meio” da sociedade, ou antes no seio dela, significa uma mudança de entendimento a respeito do que constitui a própria questão da inclusão. Inclusão não se trata de um cuidado com as Pessoas com Deficiência, pois antes de se debater a inclusão já deles se cuidava. Acontece que não mais se considera como fator válido continuar cuidado “à parte”, à revelia das outras realidades. Cuidava-se das Pessoas com Deficiência em ambientes separados, específicos, em escolas específicas, chamadas de “especiais”, aparelhadas para atender às suas deficiências. Tal quadro caiu em descrédito porque se chegou à conclusão de que o mundo das Pessoas com Deficiência não será sempre de “ambientes especiais”, isto é, o lugar deles será na casa da família, será no mundo comum de todos, construindo suas próprias famílias, casando, tendo seus filhos, seu trabalho e etc. Assim, não se sustenta mais a idéia de que a educação para das Pessoas com Deficiência tem que se dá de forma separada, porque a

sua vivência no mundo não se dá de forma separada. Desta forma, chegamos a outro conceito, que é o de integração; integrar é a resultante dos esforços da inclusão no ensino regular. Necessariamente incluir não é integrar, e vice-versa. A inclusão não é automática, mas processual e maturada, isto é, precisa-se de tempo e percepção do sujeito frente à sua própria realidade, numa leitura que dê a ela autoconfiança e certeza de que o seu meio o recebe e o aceita do jeito que é, sem vê-lo como defeituoso ou com censura.

Para Mittler (2003, p. 16) a inclusão é um processo complexo e penoso, tanto por parte do sujeito que se quer incluir quanto dos outros que o irão receber dentro do contexto inclusivo. Diz ele que

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

A educação levada a cabo das Pessoas com Deficiência não é e nunca foi ingênua. Não é de todo verdade que a educação dirigida a eles era reservada a lugares especiais porque de fato era assim que se pensava que aprenderiam e viveriam melhor. A segregação também é resultado da lógica econômica que vê as pessoas a partir de seu lugar na produção e na capacidade de responder à expectativa do mercado. Assim, o mundo tecnológico e do mercado sustentou até não poder mais que não era preciso modificar o mundo para adequá-los às das Pessoas com Deficiência. Por ora, eram as das Pessoas com Deficiência que tinham de se adequar ao mundo; afinal, isso era mais barato e mais cômodo para todos: governo, família, escola. Tal lógica deixava e deixa ver a concepção de como pensam o mundo e como pensam para quem, para que sujeitos o mundo foi feito. Foi feito para quem pode usufruí-lo e fazer dele um lugar dinâmico, de energia, de renovação, coisas que supostamente só se fazem com corpos completos, quase perfeitos. Não é outra idéia o que passam a mídia e a propaganda ao fazerem do corpo um templo e da corporeidade quase uma religião. Campos (2010) alerta para os efeitos disso no domínio da aprendizagem, ao pensar no efeito da auto-imagem corporal no processo de ensino e de aprendizagem. Diz ele que:

Para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra, é fundamental que o Ser Humano tenha boa auto-estima e auto-imagem, e numa sociedade, influenciada pela mídia, que dita o padrão de beleza, rotula os corpos, prejudica a auto-estima e auto-imagem do Ser Humano, prejudicando a constituição subjetiva do sujeito e seu processo de ensino-aprendizagem.

Se todos somos assediados a consumir e a perseguir corpos melhores, idealizados, o que dizer dos corpos que não tem, jamais, de se igualarem aos que aparecem nos out-doors? De fato, uma sociedade que uniformiza os corpos e dita modelos de comportamento não pode produzir outro tipo de sujeito que não o que reproduz a idéia de que o mundo foi feito mesmo para as pessoas “normais” e que só desta forma, sendo “normal”, é que se consegue viver o mundo como ele se apresenta.

São estes pressupostos que a inclusão se propõe alterar, mostrando e criticando os fundamentos que estão por trás de tal pensamento e a que ele serve. Incluir, hoje, é tido e considerado como um direito subjetivo, e é como direito que precisa ser visto no âmbito das políticas públicas junto à sociedade civil.

Os desdobramentos da inclusão são vários e imensos, e a discussão é grande demais para ser situada no âmbito de uma monografia acadêmica. Apesar disso abordaremos seus conceitos chave e as implicações para a educação contemporânea, levando-se em conta o papel da Educação Física na inclusão das Pessoas com Deficiência. A inclusão das Pessoas com Deficiência requer que discriminemos o que é a Educação Especial, dentro do grande arco maior e gerador da temática inclusiva.

A Educação Especial é entendida como uma modalidade de ensino organizada por um conjunto de recursos e serviços educacionais especializados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais regulares, garantindo a educação formal das pessoas com deficiência.

Contudo, o direito a essa educação e a busca pela cidadania é algo bastante recente em nosso contexto social. Foi a partir dos primeiros cinquenta anos do século passado que as políticas sociais integraram os direitos dos deficientes, ato decorrente de atitudes isoladas, realizadas por grupos ou indivíduos. Através das diversas influências religiosas, políticas, filosóficas e econômicas sofridas por cada sociedade, observa-se que o olhar para o deficiente tem diversas perspectivas, sendo notável que, de forma geral, tudo o que é desconhecido intimida e assombra; esse pensamento de condição imutável da sociedade laica da época contribuiu para que os deficientes fossem ignorados e colocados à margem da sociedade.

Conseqüentemente, uma organização de serviços que atendesse às necessidades individuais dessa população era completamente inexistente.

Essa situação só pôde ser modificada com a evolução e desenvolvimento do humanismo, da crença nas possibilidades humanas e do conhecimento da diversidade que partiram das alterações estruturais no conjunto de crenças, valores e idéias; pôde-se então observar ações que tinham um olhar prático para os deficientes, na intenção de promover melhores condições assistenciais e uma sociedade mais fraterna e cooperativa.

Neste contexto, Mazzotta (2005, p.17) entende que somente quando o “clima social” apresentou as condições favoráveis é que determinadas pessoas, homens ou mulheres, leigos ou profissionais, portadores de deficiência ou não, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, impulsionar, propor, organizar medidas para o atendimento às Pessoas com Deficiência. Esses líderes, enquanto representantes dos interesses e necessidades das Pessoas com Deficiência, ou com elas identificados, abriram espaços nas várias áreas da vida social para a construção de conhecimento e de alternativas de atuação com vistas à melhoria das condições de vida de tais pessoas.

O início da Educação Especial e da institucionalização especializada às pessoas com deficiência estabelece-se no fim do século XVIII e início do século XIX como uma proposta de educação para todos, independentemente da origem social de cada um, denunciando as questões da exclusão social.

Embora com o argumento de tranquilizar a consciência da sociedade e ao mesmo tempo de proteger e inserir os deficientes no âmbito social foi necessário utilizar-se de pensamentos e práticas segregadoras. Deste modo, a Educação oferecida aos deficientes acontecia em escolas e monastérios longe dos povoados, em campos que forneciam uma vida mais saudável.

A educação de alunos com deficiências tem, assim, historicamente se orientado por um modelo de educação conhecido pela denominação genérica de Educação Especial, por ser educação, mas educação de pessoas com necessidades especiais, daí que a educação precisava se adequar, continuar sendo educação mas de forma tal que as deficiências do educando não viessem a comprometer a aprendizagem. No entanto, a Educação Especial tem se repensado e os educadores tem se voltado cada vez mais para fora, isto é, para uma forma de educação não segregadora, denunciando a ineficácia de tal sistema; isso fez com que a Educação Especial se tornasse um campo específico dentro da temática geral da Educação Inclusiva. Continua

sendo especial, mas não mais em espaços segregadores. A Educação Inclusiva trabalha com a idéia de que todos os alunos devem ser inseridos na escola regular como forma de melhor atender a todos por ser mais preparada, na medida em que escolhe a diferença como parâmetro, a realidade que vai presidir a vida das Pessoas com Deficiência (GLAT *et alii*, 2006).

A Educação Física tem um grande papel no sentido da integração das pessoas com necessidades especiais. ROSADAS (1994) explicita que o objetivo da Educação Física não é a mera aquisição de habilidades mas contribuir, como um todo, para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Cabe, portanto, a ela, lugar decisivo na integração e inclusão das Pessoas com Deficiência

Cidade e Freitas (2002, *apud* AGUIAR, 2005) são enfáticos e lúcidos ao pensarem a Educação Física no contexto da Educação Especial, quando dizem que,

No que concerne à área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução número 03/87, do Conselho Federal de Educação, que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. A nosso ver, esta é uma das razões pelas quais muitos professores de Educação Física, hoje atuando nas escolas, não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes à Educação Física Adaptada ou à inclusão.

A Educação Física pode e deve contribuir tanto para o diálogo como para fomentar o debate e melhorar a vida das Pessoas com Deficiência a partir de sua atividade e de sua intervenção no mundo das pessoas com necessidades especiais. A Educação Física é uma grande possibilidade de adaptação e de inserção das pessoas com necessidades especiais no mundo dito “normal” e na escola regular, auxiliando as mesmas na busca de sua realização enquanto seres humanos plenos de possibilidades e capacidades.

2.3.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – ASPECTOS LEGAIS

A Educação Especial tem recebido atenção do mundo todo, atenção que tem se desdobrado em políticas e acordos nacionais e internacionais numa tentativa de, compartilhando as preocupações entre as diversas sociedades do mundo o debate internacional contribua para democratizar as iniciativas, descobertas e dividir as preocupações

e as dificuldades, numa busca de apoio solidária e esperançosa para uma educação efetiva e significativa, cidadã e plural a ser ofertada às Pessoas com Deficiência.

A preocupação com a defesa dos direitos sejam eles sociais, políticos ou econômicos tem na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada na Assembléia das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948, um marco relevante. É nela que veremos princípios como igualdade de direitos, liberdade de pensamento e respeito à dignidade humana, princípios que influenciaram decisivamente a Constituição Brasileira de 1988. Contudo, uma coisa é a legislação escrita e outra bem diferente é a realidade vivida e observada. Não é realidade que os brasileiros têm respeito à sua dignidade quando se observa de perto os sacrifícios necessários para poder ganhar a vida. A dignidade no país pode ser lida na forma como o Estado lida com a educação e com o professor, perpetuando um desrespeito histórico em clara obediência aos princípios de que educação liberta e conscientiza condições indesejáveis para as classes dominantes brasileiras, que seriam varridas do poder na medida em que o conhecimento e a informação fossem plenamente do acesso dos brasileiros.

Essa discrepância entre o escrito e o real, o observável, é ainda mais sensível quando vemos a situação das Pessoas com Deficiência, que tem ostensivamente seus direitos negados numa mudez política que se desculpa a todo instante de está fazendo o possível.

A formação, a construção e a implementação de políticas públicas para as Pessoas com Deficiência precisa ainda de uma maior normatização jurídica, sobretudo no papel do Estado em desenvolver a acessibilidade, uma vez que ele é o ator de maior abrangência e o que melhor e mais rápido pode tornar isso uma realidade.

Na esfera internacional temos a aprovação na Assembléia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1982, de um programa de consulta aos países interessados “na luta pela defesa dos direitos de cidadania das Pessoas com Deficiência” (Brasília, 1999, p. 19). Em 20 de dezembro de 1993 a mesma Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Década das Nações Unidas para as das Pessoas com Deficiência, de 1983 a 1992. Em 1990 é realizada na Tailândia a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, que teve como marco a constatação dos países em garantirem o direito universal à educação (BRASÍLIA, 1999, p. 23).

Em escala internacional, porém, o marco maior é a realização da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pela UNESCO na cidade de Salamanca, Espanha, e que se converteu na mundialmente famosa Declaração de Salamanca,

de 7 a 10 de junho de 1944. Esta declaração foi a primeira afirmação, em escala global, dos direitos e reconhecimento das necessidades especiais de ensino e aprendizagem dos portadores de necessidades especiais. Esta declaração afirmou o direito universal das crianças à educação e estabeleceu novas diretrizes para o ensino das crianças com deficiência. A declaração, na verdade, é conhecida como Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educativas Especiais.

As diretrizes que saíram da Declaração de Salamanca repercutiram na política nacional, bem como na nossa legislação. Temos a Constituição Federal e a LDB/96 que traduzem e contemplam as preocupações da Declaração de Salamanca, ao apontarem para a necessidade de se garantir ao educando um ritmo e instrumentação diferenciada, realizados e oferecidos preferencialmente na escola regular.

No Brasil, a Constituição de 1824, em pleno Império, reconhecia o direito de todos os brasileiros à educação, como farão as Constituições de 1934, 1937, 1946 e consagrado com mais vigor na Constituição de 1988, apontando para a educação “direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasília, 1999, p. 28).

Como uma construção e um resultado mais elaborado das discussões realizadas no país temos a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’S) em 1996, que estabelecem prioridades e dispõem de orientações a respeito da Educação Especial, apontando para a versatilidade do currículo, as diferenças e a diversidade cultural. Os aspectos legais precisam de uma maior ênfase na forma e sobretudo na urgência com que as instituições devem se adequar para atender aos portadores de necessidades especiais, não deixando que o discurso da autonomia se transforme numa saída para as escolas não cumprirem com as medidas legais ou serem negligentes com o alunado com deficiências.

É necessário, todavia, que a legislação específica seja mais clara em relação às múltiplas possibilidades de se efetivar a Educação Especial, sobretudo na atenção dos poderes públicos dispensada às necessidades das Pessoas com Deficiência. É imprescindível que as escolas eliminem suas barreiras arquitetônicas, que mudem e alterem os critérios de avaliação e de promoção e que leve em conta a versatilidade dos resultados buscando uma diversidade de situações de ensino e aprendizagens.

2.3.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LDB/96

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) são dois marcos orientadores e norteadores da educação em geral e sobretudo em matéria de Educação Especial. Os fundamentos desta, o reconhecimento enquanto direito, estão aí bem explicitados e fundamentados, dando garantias e resguardando o direito a uma educação conforme as suas necessidades. No entanto, não pensemos que isso seja suficiente. É preciso que a tanto a Constituição como a LDB/96 sejam atualizados e implantados, de maneira específica e objetiva, em cada escola e instituição.

A Constituição de 1988 garante educação a todos, sendo bem expressa no direito à igualdade. Em seu artigo 206 e inciso I elege como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, acrescentando, ainda, que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, deveres expressos no artigo 208, Parte V.

Quando a Constituição reconhece o direito pleno à educação mas segundo a capacidade de cada um ela está entendendo a existência das diferenças e das dificuldades do acesso. Segundo a capacidade de cada um pode ser entendido também como uma adequação de acesso ao ensino conforme a capacidade e condições de aprendizagem dos sujeitos. Para além da interpretação específica que pode ser de interesse das Pessoas com Deficiência é importante ver nesta passagem o fundamento da Educação Inclusiva. Na medida em que a Constituição veta a proibição de acesso aos estabelecimentos de ensino e garante a todos o direito ao ensino e à escola, independente da raça, origem, cor, idade, deficiência ou qualquer outra coisa. Assim, as escolas regulares não podem, caso desejassem, deixar de receber os portadores de necessidades especiais sobre qualquer alegação.

Mas é preciso se perguntar se isso é suficiente. A garantia está dada pelo nosso texto maior, e nada nem ninguém pode impedir o acesso. Contudo, a questão que cabe é se as escolas estão preparadas para receberem, como diz a Constituição, TODOS os alunos, sobre a praticidade disso ou não. Bem, conhecendo a realidade brasileira, podemos dizer que tal coisa não é feita dentro dos conformes, ou que a inclusão acontece sem as medidas necessárias cabíveis para tornar a presença de alunos deficientes nas salas de aula regulares uma possibilidade real de inclusão e integração, e não geralmente como tem acontecido, que é uma

inclusão meramente geográfica, meramente física, sem ganhos para o educando ou sem uma prática pedagógica que contemple ao alunado com necessidade especial uma prática e assistência de acordo o mandamento constitucional, isto é, segundo as necessidades e capacidades de cada um, e isso quer dizer, também, segundo as especificidades e singularidades de cada aluno.

Ainda no diz respeito à matéria, o texto constitucional admite que o Atendimento Educacional Especializado possa ser oferecido também fora das unidades escolares regulares. Isso é importante porque potencializa e flexibiliza mais o Atendimento Educacional Especializado, mas conserva a observância quanto ao fato de que este tipo de atendimento é complementar e não substitutivo da educação regular oferecida para todos; em outras palavras, apesar da concedida flexibilização, ainda se mantém o lugar da escola como lugar padrão e único reconhecido para ministrar aulas e conferir graus de estudo na modalidade pública da educação oferecida pelo Estado.

Todo esse espírito é colhido e captado nas orientações contidas na LDB/96. Esta não tem um valor normativo-punitivo, no sentido de que, se ninguém seguir suas orientações sofrerá alguma punição por isso, coisa apontada por DEMO (1997) como questionável, uma vez que uma lei que deixe à “vontade” as escolas não tem gerado o compromisso das mesmas em cumprir os desejos e orientações da lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 define Educação Especial como a “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Vê-se que a lei, não impondo, mas assinalando seu alinhamento com as teorias inclusivas mais modernas, abre espaço propício à problematização da questão.

Vejamos como a LDB/96 concebe as pessoas com necessidades especiais e como essa definição pode indicar aberturas e perspectivas de trabalho efetivamente inclusivas. Ouçamos o texto:

Considera-se hoje que a educação especial não pode mais ser vista como um sistema paralelo ao ensino comum, mas sim fazer parte dele como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviços de apoio que facilitem a aprendizagem de todos. Assim, o aprendizado escolar dos alunos com necessidades especiais deve ocorrer preferencialmente na classe comum da rede regular de ensino, em conjunto com os demais alunos, em todos os níveis de ensino, variando o apoio especializado que cada aluno deverá receber.

A lei deslegitima a visão da Educação Especial como um sistema paralelo à educação comum, mas aconselha para que seja vista como parte integrante do sistema comum e regular de ensino. Na visão da LDB/96, em seu artigo 58, encontramos que “o Atendimento Educacional Especializado será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”. Este dispositivo não substitui o ensino regular pelo especializado, interpretação equivocada que muitos fazem, coisa que vai de encontro às normas constitucionais que só reconhece e admite o oferecimento de Ensino Fundamental nas escolas.

A LDB/96 inova ao não ficar reduzida, em suas definições, na expressão Atendimento Educacional Especializado, mas adotando o termo Educação Especial, mais abrangente. Esta definição é importante porque assinala para os portadores de necessidades especiais a educação como disponível a eles, em toda a sua plenitude, e retira do âmbito da assistência as Pessoas com Deficiência. As Constituições anteriores assinalavam o direito universal das das Pessoas com Deficiência à educação mas as dirigia para o âmbito assistencialista. Com a nova Constituição e com a LDB/96 toda a matéria relacionada à Educação Especial é inserida no âmbito da educação regular (FÁVERO, 2007, p. 28).

Dentro do âmbito da Educação Especial o Atendimento Educacional Especializado “é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência” (Fávero, 2007, p. 29).

Tanto a LDB/96 quanto a Constituição de 1988 são dois instrumentos fundamentais que sinalizam com conquistas importantes para as das Pessoas com Deficiência, representando um coroamento das lutas empreendidas há décadas pelos educadores. Contudo, isso não é o bastante; a conquista de uma legislação não é a garantia da efetividade dessa legislação. No campo prático, do ensino e, sobretudo da integração, ainda falta muito por ser feito; nele as conquistas são muito mais lentas e penosas, mas acontecem.

2.3.3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL – O QUE O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA TEM COM ISSO?

Tratando-se de inclusão e de Educação Especial a Educação Física a Educação física é uma das disciplinas que mais são chamadas para oferecer respostas às questões que se

colocam. Isso não é fruto do acaso, mas da abertura da Educação Física para as possibilidades de trabalho educativo com as Pessoas com Deficiência. É cada vez a necessidade de professores especializados para lidar, nas escolas regulares, com alunos com deficiência, e necessidade que nasce da carência e da falta, por um lado sinalizando a existência da questão e a procura por profissionais formados adequadamente, mas por outro lado sinalizando a falta de investimento na área e deixando exposta a desassistência dos alunos com deficiência por profissionais convenientemente preparados. Enquanto isso não é feito a contento temos que nos contentar com a inclusão realizada de acordo com o entendimento e os limites da escola e de seus atores.

Não defendemos ou não estamos dizendo que os profissionais de Educação Física têm um fórum privilegiado na questão, mas sinalizando uma identificação histórica entre Educação Especial e a Educação Física, e que ambas tem respostas a dar quando conversam sobre inclusão e integração de Pessoas com Deficiência.

Incluir e integrar, duas possibilidades da Educação Física na escola trabalhando com as Pessoas com Deficiência, precisam ser vistas como coisas diferentes, distintas, embora ambas signifiquem algum tipo, alguma maneira de inserção na sociedade. A inclusão diz respeito à modificação da sociedade para receber a todas as pessoas. A integração, por sua vez, diz respeito à mudança da sociedade para possibilitar a integração dos sujeitos, isto é, a integração visa as instituições, a mudança delas, enquanto que a inclusão refere-se mais aos indivíduos em si e ao relacionamento que com eles se trava (LIMA, 2006, p. 24).

Ambas possibilidades, incluir e integrar, podem ser levadas a cabo pela Educação Física em seu trabalho escolar. Uma das formas por onde ela naturalmente pode começar esse sensível processo é no oferecimento de atividades físicas adequadas às possibilidades e habilidades de cada jovem e criança.

Contudo, a Educação Física não deve esquecer o ambiente e os pressupostos educacionais, e trabalhar de acordo com um outro modelo de educação, não mais seguidor dos paradigmas clássicos da racionalidade moderna. Isto é necessário porque tanto com Educação Especial quanto Educação Inclusiva só são possíveis na medida em que se abre para uma outra concepção de educação, fugindo da concepção racionalista que por tanto tempo perdurou nas escolas brasileiras e ocidentais. Mittler (2003, p. 14) é crítico desse modelo de racionalidade e educação, e é específico e oportuno citá-lo aqui, devido à propriedade e procedência de sua afirmação, diz ele que:

O desafio está posto e temos de reconhecer que a herança recebida da prática científica da modernidade tornou-nos cegos à complexidade, às diferenças, à multiplicidade, dentro e fora das escolas. É inegável também o poder das idéias inclusivas para dar clareza a esse nosso olhar viciado e...para virar as escolas do avesso!

Virar as escolas do avesso é o que parece ser necessário para que uma nova concepção de educação, plural e diversa, tributária das diferenças, seja encarada com seriedade e firmeza, e não de forma vacilante, dependente ainda de fatores externos, como o tipo e perfil da gestão escolar encontrada no local onde se trabalha, material e condições materiais disponíveis e acessíveis para se desenvolver um trabalho adequado. Inclusão e integração, e não só daqueles portadores de alguma necessidade especial, está longe de ser uma prioridade para a escola.

Este virar as escolas do avesso apontado por Mittler (2003) tem a confluência de Soler (2009, p. 107) ao expressar que o

O papel do professor de Educação Física na Inclusão, como em qualquer outra modalidade de ensino, é o de criar desequilíbrios, apresentando a seu aluno, o novo e o desconhecido, pois diante do desafio, a criança tende a assimilar o conhecimento, utilizando os recursos motores e mentais que possui. Provocar desequilíbrios, porém, não é deixar a criança à deriva; ela deve poder estabelecer uma ligação entre o conhecido e o desconhecido. É fundamental que o professor atue como mediador entre o conhecimento e o educando sempre dando espaço para a reflexão: fazer, e muito mais importante do que isto, compreender o que fez.

É expresso para o autor o propósito da atividade desenvolvida pelo professor, e é importante repetir e frisar a necessidade do aluno compreender porque faz o que faz. Compreender as ações de sua atuação na escola é uma grande conquista dos educadores. Se a escola é para a construção da consciência crítica cabe a ela começar por tornar os alunos críticos dos próprios conteúdos e dos temas desenvolvidos na sala de aula.

O professor deve explorar as potencialidades do aluno, deve fazê-lo saber e conhecer até onde pode ir. É apenas na medida em que aluno e professor conhecem os limites que estes mesmos limites podem ser trabalhados de forma desafiadora, procurando, no horizonte, o desenvolvimento das capacidades ainda não desenvolvidas no indivíduo.

Em matéria de Educação Inclusiva e Especial, interfaciada com Educação Física, o principal instrumento que esta última vai ter será o próprio corpo do aluno, e é com o corpo

que o professor deve trabalhar as metodologias e os recursos pedagógicos diferenciados. Um grande aliado do professor é o lúdico, considerado como uma grande ferramenta nas mãos do profissional de Educação Física. O brinquedo e seus efeitos no processo de ensino e de aprendizagem proporcionam e enfatizam o aprender em uma melhor forma e performance, fazendo com que as crianças apreendam novos conceitos, informações e conhecimento sobre o mundo a partir da realização de jogos e da exploração, por parte do professor, do lúdico, que faz com que o próprio indivíduo construa seu mundo simbólico e por ele explore infinitamente as possibilidades, possibilidades estas que não se fazem presentes no mundo “real”, isto é, na ausência do jogo (CUNHA, 2001, p. 28). Isto, no caso dos portadores de necessidades especiais, pode ser potencializado trabalhando-se a partir do próprio corpo dos deficientes, em que o corpo é ao um só tempo jogo e brinquedo.

O brincar é de extrema importância e de grande poder sobre os processos cognitivos e intelectuais da criança, como também emocionais. Brincando é possível aprender sem que se perceba ou que se perceba a artificialidade ou intencionalidade mesma do ato que porventura poderia afastar e dispersar o portador de necessidade especial (BETTELHEIM, 1988, apud SOLER, 1999, p. 109).

O professor de Educação Física tem responsabilidade ética diante do que se faz ou que se tenta fazer com a Educação Física diante das realidades que lhe são apresentadas. Não pode simplesmente entregar-se à técnica e esquecer o exercício da crítica de sua própria prática ou mesmo o lugar onde tentam encerrar a atuação da Educação Física. Assim como historicamente a Educação Física foi usada para fins diversos, em sua quase totalizando servindo aos interesses do Estado, cabe também na Educação Inclusiva e Especial o exercício da crítica quanto à forma de se lidar com a questão.

O professor pode trabalhar a cultura corporal e a partir dela construir uma reflexão a respeito da corporeidade da mídia, da sociedade que faz do ideal do corpo perfeito o deus moderno passando pela forma como essa mesma sociedade trata os corpos dos deficientes. O trabalho crítico e reflexivo não é impossibilitado nem subestimado com a Educação Inclusiva e a Educação Especial. Pelo contrário, é de nossa opinião que estas duas modalidades de perspectivas exigem, antes de mais nada, um senso crítico por parte do profissional de Educação Física, pois ele deve ser capaz de perceber que tais modalidades de educação, suas dificuldades são reflexos do descaso e da letargia do Estado em garantir a todos, de fato, o direito à educação.

A escola deve as Pessoas com Deficiência se adequar, construindo um ambiente e espaço não discriminatório, no esforço de construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e integrada. A inclusão, vista como processo social abrangente, não diz respeito a fronteiras, mas é assunto de importância global, de forma cada vez mais ampla e geral. Requer, a inclusão, da sociedade, que ela se modifique para acolher as Pessoas com Deficiência, possibilitando aos mesmos espaços e oportunidades de construir e exercerem sua cidadania, participando da vida pública. Nesse campo específico o professor de Educação Física tem muito a contribuir, e ele mais do que ninguém; não por ser melhor do que os demais, mas por seu objeto de estudo e sua ocupação lidar com os corpos das pessoas, com a cultura corporal. Falar dos corpos, de suas limitações e possibilidades é antes de qualquer coisa falar da cultura na qual estão inseridos estes corpos, pois as determinações que se abatem sobre eles são construtos teóricos e ideológicos, contra os quais o professor de Educação Física é chamado a exercer, de forma provocadora e lúcida, o exercício da crítica e do pensamento reflexivo.

III METODOLOGIA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

“A vaidade da ciência está em sua conexão
com a vida cotidiana”
(Humberto Maturana)

Neste capítulo, buscar-se-á discutir o método empregado na pesquisa empírica, assim como a discussão dos dados obtidos, confrontando-os com as contribuições teóricas anteriormente abordadas.

3.1 PESQUISA DE CAMPO: UM EMBATE COM A REALIDADE

O interesse pelo objeto pesquisado nasce necessariamente pela importância da temática para sociedade contemporânea; nesse sentido a busca da perspectiva bibliográfica, passa por uma visita e aprofundamento em referenciais teóricos que fundamentaram e dão bases ao discurso.

Tendo a metodologia como a arte de dirigir a investigação da verdade, por meio do estudo de métodos, técnicas e procedimentos a fim de alcançar os objetivos (LEOPARDI, 2002, *apud* COSTA, 2010, p. 50), a pesquisa assume a característica como sendo de campo, pois consiste na observação dos fatos, como ocorrem espontaneamente, na coleta dos dados, registro das variáveis para posteriores análises. Porém, não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas possibilita o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições e determinados eventos, observados e comprovados (OLIVEIRA, 1997).

O método de coleta de materiais utilizado foi a pesquisa qualitativa e descritiva analítica que possibilitou a observação direta e intensiva, sistemática e assistemática dos fatos, contribuindo para o maior entendimento diante do objeto de estudo, dos sujeitos da pesquisa, da realidade circunvizinha e dos documentos analisados. A pesquisa se torna, portanto qualitativa, por investigar uma problemática, por meio de interpretações da análise de dados, comparando e descrevendo os fatos.

Assim como afirma Chizzotti, (1991, p. 85) quando diz:

[...] analisando documentos obtém-se um volume qualitativo de dados originais e relevantes, não filtrados por conceitos operacionais, nem por índices quantitativos. A pesquisa qualitativa pressupõe que a utilização dessas técnicas não deve construir um modelo único, exclusivo e estandardizado. A pesquisa é uma criação que mobiliza a acuidade inventiva do pesquisador, sua habilidade artesanal e sua perspicácia para elaborar a metodologia adequada ao campo de pesquisa, aos problemas que ele enfrenta com as pessoas que participam da investigação.

Esta pesquisa se caracteriza também como qualitativa por compreender que as informações presentes na coleta de dados não são coisas isoladas do seu contexto, a análise se configurou como uma análise qualitativa engajada em uma discussão social, buscando estabelecer uma intrínseca relação entre a Educação Física e a Inclusão Social das Pessoas com Deficiência.

A interação entre o tema e os sujeitos da pesquisa, faz com que a pesquisa não isole o objeto estudado, sem qualquer ligação com a realidade, mas pelo contrário estabelecem uma dinâmica de relação constante entre sujeitos e objeto pesquisado. Podemos compreender essa relação na pesquisa qualitativa com a definição de Chizzotti (1991, p. 79) em que afirma:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A Pesquisa descritiva abrange os estudos caracterizados pela necessidade de se explorar uma situação não conhecida, da qual se tem necessidade de maiores informações. Explorar uma realidade significa identificar suas características, sua mudança ou sua regularidade e tem por objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987; LEOPARDI, 2002, *apud* COSTA, 2010, p. 50)

“Quando o cientista realiza suas investigações, além de elaborar conhecimentos e produzir resultados, elabora também uma filosofia”. (BACHELARD *apud* GAMBOA, 2002). Segundo Bachelard (1989) ao investigar um determinado campo problemático, não elaboramos apenas diagnósticos, mas desenvolvemos uma maneira de fazer ciência, construímos uma teoria do conhecimento. (BACHELARD *apud* GAMBOA, 2002, p. 46). O

conhecimento é fruto da curiosidade, da inquietação, inteligência e da atividade investigativa dos indivíduos. (MEKSENAS, 2002).

Destarte, podemos compreender que o conhecimento surge de questionamentos que possuímos sobre um determinado tema, inquietações que se deseja estudar para comprovar, ou não, sua existência. É assim que o pesquisador busca teorias e fundamentos para explicitá-las.

3.2 O CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Jacobina-Ba, que atende crianças, adolescentes e adultos com Síndrome de Down, Autismo, Deficiência Mental (DM), Paralisia Cerebral (PC), Déficit de Aprendizagem, Hiperatividade e já atendeu pessoas com surdez e deficientes visuais. Integra-se pela filiação, à Federação Nacional das APAES, de quem recebe orientação e apoio.

Esta associação foi fundada na cidade de Jacobina em dez de setembro de mil novecentos e oitenta e oito, (completou 22 anos de fundação), é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos e de duração ilimitada que tem como um de seus objetivos proporcionar o atendimento e acompanhamento médico-psicopedagógico, criando um estabelecimento especializado destinado ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação, e inserção social de seus alunos na sociedade.

A APAE é constituída por dois anexos: Anexo um e Anexo dois. Encontram-se no anexo um: nove salas de aula, sala de informática e uma área recreativa. Já o anexo dois, têm-se a parte administrativa com secretária, sala de serviço social, sala da diretoria, sala para o teste do pezinho, sala de audiometria, sala da terapeuta ocupacional (T.O), sala da fonoaudióloga, auditório (duas salas anexas para a utilização das aulas), clube de mães, cozinha da escola, área de serviço com lavanderia, garagem e dois depósitos.

A equipe multiprofissional é composta por três profissionais da área de Educação Física, uma terapeuta ocupacional, uma fonoaudióloga, uma auxiliar de enfermagem, uma assistente social, professores, diretoria executiva e assistentes administrativos.

Os atendimentos disponibilizados pela APAE de Jacobina são de assistência social, oficinas profissionalizantes, clube das mães, trabalhos com a família, teste do pezinho, terapias ocupacionais, tratamentos fonoaudiólogos e trabalhos pedagógicos.

Atualmente são atendidas sessenta pessoas, subdividas pelas seguintes faixas etárias:

- De zero a dois meses – atendimentos com a (T.O) terapia ocupacional.
- Sete a dezesseis anos – (AEE) Atendimento Educacional Especializado.
- Dezessete anos acima – oficinas profissionalizantes, clube das mães e trabalhos com a família.

O cenário exposto é propício para a realização da pesquisa, pois é uma associação que enfoca a autonomia do sujeito e promove as relações sociais necessárias para o fortalecimento da individualidade, demonstrando as faces da diversidade e contribuindo para dar aos seus alunos uma vida digna e um ambiente no qual possam desenvolver suas potencialidades de forma plena e saudável.

3.3 OS SUJEITOS DA PESQUISA

A educação brasileira passa por um processo de singularidade; o professor como indivíduo altamente importante nesse processo, insere-se como ser principal do desenvolvimento e construção de um ser ativo, resgatando os valores essenciais do ser humano. É neste contexto de pluralidade de saberes que os sujeitos desta pesquisa se inserem. Pois, possuem a meta de revalorizar os atos de ensinar e aprender na direção da auto-formação dos sujeitos. Para Morin (2002) o ensino educativo deve transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver; que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre.

“...o sujeito se constitui através de práticas de assujeitamento, ou, de uma forma mais autônoma através de práticas de libertação, de liberdade (...) a partir certamente de um certo número de regras, estímulos, convenções que encontramos no meio social (Foucault In.:Eizirik,2002,p.91)”.

Buscaram-se como sujeitos da investigação professores de Educação Física que atuam atualmente na APAE de Jacobina. Somam-se três profissionais que desenvolvem este trabalho, durante os diversos encontros foi solicitado a assinatura do Termo de Consentimento e Esclarecimento (TCLE), fornecendo os aspectos éticos da pesquisa para posterior efetivação da coleta de dados.

Como forma de garantir o sigilo e o anonimato, foram atribuídos aos sujeitos letras do alfabeto grego α (álpha), β (béta) e γ (gáma), uma vez que Platão, Aristóteles e outros

estudiosos gregos, transformaram o alfabeto grego como um instrumento perfeito, para exprimir com perfeição todos as “colorações” do pensamento humano. E neste contexto tendo o professor não como um ser perfeito, mas como um ser humano com sensibilidade suficiente para compreender e despertar no outro, sensações inimagináveis de esperança, é que se justificam os tais codinomes.

O quadro 2, a seguir, fornecerá as principais características do sujeito.

QUADRO 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa

ORDEM	NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	ANOS DE TRABALHO NA APAE DE JACOBINA
1ª	α(álpha)	Formação academica na área de exatas e atualmente graduanda do curso de Educação Física (PROESP-UNEB/CAMPUS IV)	Seis anos, sendo, dois anos como professora de Educação Física
2ª	β(béta)	Graduanda do curso de Educação Física (PROESP-UNEB/CAMPUS IV)	Doze anos como professora de Educação Física
3ª	γ(gama)	Graduada em Educação Física	8 meses na APAE

FONTE: Pesquisa de campo, 2011

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

A entrevista é um processo utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para realizar um diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Na entrevista despadronizada ou não estruturada o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais

amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal (MARCONI E LAKATOS, 2003, *apud* COSTA, 2010, p. 56).

A memória individual, apesar de se explicar no contexto social, é aferida por meio de entrevistas nas qual o colaborador tenha ampla liberdade para narrar. (MEIHY,2007)

Ainda segundo Meihy (2007) a entrevista na pesquisa qualitativa viabiliza um suporte material oral, que fornece informações fundamentais para a constituição dos resultados. É uma centralização de testemunhos como suporte fundamental, privilegiado e básico das análises.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. Estas se manterão guardadas pela pesquisadora por 5 anos e depois só assim, serão descartadas.

Os instrumentos utilizados na entrevista tiveram como formação, indagações que pudessem responder aos objetivos propostos pelo estudo, buscando aproximar o máximo da realidade vivenciada por cada professora e tentando abstrair informações essenciais para um debate frutífero.

O roteiro utilizado foi uma entrevista semi-estruturada, contendo dados do objeto de estudo; possibilitando a entrevistadora interferir quando necessário e às entrevistadas exporem livremente suas opiniões.

Nas entrevistas pude perceber pela fala das entrevistadas a valorização que é dada ao trabalho desenvolvido por elas para com as pessoas com necessidades especiais, como a família participa deste processo e como a sociedade interage e encara os deficientes.

Outro instrumento utilizado como coleta de dados foi à pesquisa documental. Estes documentos foram disponibilizados pela APAE, lidos e analisados na própria instituição durante a realização da pesquisa e de lá retirados subsídios fundamentais para a descrição de fatos históricos e objetivos inerentes à associação. Os materiais que se tornaram fontes de dados são: atas de reuniões referentes às decisões tomadas durante o longo período de vida da associação, reunião de fundação e o Estatuto que rege a Instituição.

Chizzotti (1998) afirma que a pesquisa documental pode ser um aspecto dominante em trabalhos que visem mostrar a situação atual de um assunto determinado ou intentam tração a evolução histórica de um problema. Segundo Lüdke e Marli (1986) a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipótese de interesse. Os documentos constituem uma fonte poderosa na qual podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador, tendo uma

vantagem adicional o fato de os documentos serem uma fonte “não-reativa”, podendo permitir maior acesso sem a manipulação dos sujeitos pesquisados.

Tão quanto foi instigador e interessante o desenvolver das entrevistas, pude através dos documentos me familiarizar com as questões que regem a APAE e me deparar com fontes históricas cruciais para um maior entendimento sobre a sua importância na cidade de Jacobina, assim como também o conhecimento de nomes que contribuíram para fortificá-la e mantê-la funcionando com qualidade.

“Os documentos compulsados rotineiramente também produzem memória, torna-se importante sempre, manter acesa a curiosidade (MEIHY, 2007)”.

3.5 COLETA DOS DADOS

Antes do início da coleta dos dados entramos em contato com a direção da APAE de Jacobina e explicitamos o objetivo do estudo pedindo a permissão necessária para ter acesso aos documentos da instituição e para a efetivação das entrevistas com as professoras de Educação Física. Após, realizado todas as questões éticas que envolvem uma pesquisa de campo, começou-se a coleta de dados.

As visitas a instituição possibilitaram o acesso a análise documental, o conhecimento do cenário da pesquisa e conversas informais com os funcionários. Cumprindo esta etapa, fomos ao encontro dos sujeitos da pesquisa, aos quais foram dados o direito de desistir do estudo a qualquer momento, ficando claro que isso não iria interferir na realização do mesmo.

As entrevistas foram realizadas no período de 02 a 06 de fevereiro a partir da disponibilidade de cada professora. As entrevistas ocorreram separadamente com tempos de duração de uma hora aproximadamente, nas quais as entrevistadas explanaram seus pontos de vista referente a cada questão e puderam refletir sobre suas próprias vivências durante todo o percurso profissional dentro e fora da APAE. Foi um momento de descontração, lembranças de projetos realizados, de dificuldades vivenciadas, de superação de limites, de embates sobre a inclusão e principalmente uma oportunidade de se deixar conhecer pelo outro.

Penso que, fornecer aos professores de Educação Física da APAE de Jacobina a oportunidade de expor suas experiências é algo extraordinário. Tem-se a possibilidade do despertar para o tema proposto sem, no entanto, tornar complexo o assunto ou fazer dele um debate instintivamente profundo, mas sim, provocar e suscitar idéias, levando aos interessados uma leitura que os faça perceber o outro em sua singularidade.

3.6 ANÁLISE DE DADOS

Utilizando-se da técnica a qual se refere Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2004), as entrevistas foram transcritas na íntegra tentando preservar a autenticidade dos depoimentos, possibilitando a construção das categorias temáticas.

Ludke e André (1986, p. 48) enfatizam que “É preciso que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente ‘silenciados’”.

A análise de dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação (PARTTON *apud* LUDKE, ANDRÉ, 1986, p. 42).

De acordo com Minayo (2004), na análise de conteúdos em uma pesquisa qualitativa, as informações são extraídas da presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo, em um fragmento da mensagem, sendo possível identificar os núcleos do sentido que compõem a comunicação estabelecida, na qual a frequência de dados contribui para definir o caráter do discurso.

Por isso a interpretação se torna tão significativa nesta pesquisa, é através dela que acontece o primeiro passo para compreensão das mensagens presentes nas entrevistas e nos documentos. É nesta tentativa que se deseja desvelar os sentidos e os significados dos questionamentos, o pesquisador não possui dados estatísticos para fundamentar sua pesquisa, a validade das informações depende dos conteúdos encontrados nas entrevistas e documentos, relacionando-os e interpretando-os através da criticidade e análise dos mesmos.

Esse esforço de detectar padrões, temas e categorias é um processo criativo que requer julgamentos cuidadosos sobre o que é realmente relevante e significativo nos dados (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 44).

Assim, seguem as etapas precisas, sucessivas e com características próprias a partir da análise exploratória (BARDIN, 2007).

Seguiram-se três etapas:

- Pré-análise: Sistematização das idéias iniciais após leitura dos documentos disponibilizados pela APAE e das entrevistas realizadas com as profissionais.
- Descrição analítica: Exploração e aprofundamento dos fatos, considerando o referencial da Pesquisa de Campo.

- Interpretação referencial ou análise: Construção de categorias e subcategorias fortalecendo as argumentações e buscando resultados significativos.

Diante de um processo dinâmico de variação entre observação, interpretação e análise, optou-se por um modelo de caracterização que surgisse no decorrer da análise de dados e que dessa maneira pudesse compreender e conhecer a Educação Física desenvolvida na APAE de Jacobina e suas contribuições para a inclusão social.

Dispomos abaixo as quatro categorias e suas subcategorias descritas na continuidade deste capítulo:

- 1) O desenvolvimento da prática pedagógica
 - a) Aulas
 - b) Recursos Humanos e Materiais
 - c) Conteúdos
- 2) Treinamento para a participação dos alunos em Olimpíadas
 - a) Competição
 - b) Cooperação
- 3) A Educação Física como promotora da autonomia e da independência
 - a) Auto-estima
 - b) Postura
- 4) A Educação Física na APAE
 - a) Inclusão Social

3.7 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com base nas normas e diretrizes da pesquisa com seus seres humanos estabelecidas pela Resolução nº 196, de dez de Outubro de 1996, usando o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) das pessoas envolvidas.

Foram respeitados os princípios da autonomia, da beneficência, da não-maleficência, da justiça e equidade, quando os sujeitos serão informados pela pesquisadora sobre os objetivos do estudo e serão coletados os dados, após a assinatura do TCLE, tendo asseguradas a confidencialidade e a privacidade através de códigos de identificação, substituindo seus nomes verdadeiros por fictícios.

Salientamos que a pesquisa não acarretou danos ou incômodos para os sujeitos estudados. Os professores poderiam se beneficiar da possibilidade de falar sobre suas experiências de forma autônoma e sem interferência de terceiros.

Deverá haver além da justificção clara da escolha dos sujeitos, a aprovaço do Conselho de Ética e cumprimento exigências do termo de Consentimento Livre e Esclarecido, através dos representantes legais dos referidos sujeitos, sem suspensão do direito de informaçáo, no limite de sua capacidade (Brasil, 1996).

As entrevistas estarão no poder da autora por cinco anos, após este período serão descartadas. Apresentaremos a seguir os resultados das entrevistas e suas discussões.

3.8 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO

QUADRO 2: Categorias, subcategorias, e unidades de análise de conteúdo:

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE ANÁLISE
O desenvolvimento da prática pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> Aulas 	Objetivo Teoria e Prática Avaliação Espaços adequados para as aulas
	<ul style="list-style-type: none"> Recursos Humanos e Materiais 	Confeção de materiais Criatividade Massoterapia
	<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos 	Separação de conteúdos
Treinamento para a participação dos alunos em Olimpíadas APAEANAS	<ul style="list-style-type: none"> Competição Cooperação 	Relação com o outro
A Educação Física como promotora da autonomia e da independência	<ul style="list-style-type: none"> Auto-estima e Postura 	Reencontro com o próprio corpo
A Educação Física na APAE	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão Social 	Colaboração Desafios Espaço de solidariedade

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

As categorias de análise e suas subcategorias discutidas e compreendidas acerca do objeto em estudo estão apresentadas abaixo.

3.8.1 O desenvolvimento da prática pedagógica

Esta categoria foi dividida em três subcategorias: a) Aulas b) Recursos Humanos e Materiais e c) Conteúdos.

a) Aulas

A LDB/96 afirma que a Educação Física deve ser parte integrante na proposta pedagógica da escola, delegando a ela, autonomia na construção da ação educativa às diferentes realidades e demandas sociais.

A Educação Física na APAE de Jacobina é organizada da seguinte forma: Conta-se com três professoras e essas atendem a todos os alunos. Destes alunos são formados grupos, aqueles que têm as patologias mais severas possuem um atendimento individualizado. Cada professora desenvolve uma didática e conteúdos diferentes. Cada uma tem seus dias específicos, contudo acontecem aulas de Educação Física todos os dias da semana. A professora α (álpha) trabalha com a parte esportiva, a professora β (béta) com a dança e vivências aquáticas e a professora γ (gáma) com a Educação Física Escolar.

No PCN (1996) verifica-se que a Educação Física se transformou em relação ao portador de necessidades especiais, a mudança de enfoque pode ser notada no trecho abaixo:

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades receptivas, afetivas, de integração e inserção social, que levam este aluno a uma maior condição de consciência, em busca da sua futura independência.

Em entrevista com a professora α (álpha), esta afirma que:

O objetivo da Educação Física dentro da APAE é realmente promover a inclusão, sabe? A integração deles em diferentes modalidades, em diferentes práticas, com diferentes pessoas, sabe? E promover

realmente uma melhoria na qualidade de vida, por que nós temos hoje alunos obesos, alunos hipertensos, alunos diabéticos e a Educação Física só vêm a nos ajudar, né?

Neste caso constata-se que uma de suas preocupações é possibilitar que seu alunado independente de sua patologia possa se beneficiar da Educação Física tanto nos aspectos sociais, como na melhoria da qualidade de vida.

A professora β (béta) e γ (gáma) também respondem a questão:

O objetivo da Educação Física na APAE, a princípio é trabalhar a parte corporal, mas hoje se trabalha a parte corporal, a parte cognitiva, afetiva, social, motora de uma forma bem ampla, não perdendo o foco que é trabalhar com a cultura corporal, sempre buscando a independência dos educandos. (β béta)

“ Eu não diferencio conteúdos, os mesmos conteúdos que eu trabalho na APAE são os mesmos conteúdos que eu trabalharia numa escola regular, eu só faço algumas adaptações, então assim, o meu objetivo a princípio é trabalhar a Educação Física escolar numa perspectiva da cultura corporal...” γ (gáma)

“Um dos objetivos é proporcionar aos alunos do apoio pedagógico e do atendimento especializado a vivencia de atividades lúdicas, para contribuir no aprendizado/desenvolvimento em sua totalidade, percebendo-as enquanto corpos históricos/culturais construtores das suas ações no mundo”.

A abordagem crítico-superadora utiliza a discussão da justiça social e tem como ponto de apoio a obra representativa para a Educação Física, escrita por Um Coletivo de Autores (1992). Para esta abordagem a Educação Física é entendida como uma área que trata de um tipo de conhecimento, denominado de cultura corporal de movimento que tem como temas o jogo, a ginástica, o esporte, a dança, a capoeira e outras temáticas.

A professora γ (gáma) completa que:

“...o objetivo maior que eu tenho em meta é trabalhar na escola da APAE com alunos especiais, com os conteúdos da Educação Física Escolar e primordialmente, é eles conhecerem esse conteúdos, vivenciarem esses conteúdos, se apropriarem desses conteúdos e ta vivenciando, ta conhecendo, ...”

Segundo Bernuzzi (2000, p. 237) o corpo não cessa de ser descoberto, e é preciso não perder de vista cada conhecimento produzido a seu respeito, pois “se trata de um “objeto” constantemente redescoberto, nunca, porém, completamente revelado”. È nesta perspectiva que a cultura corporal surge, como meio de fornecer ao indivíduo vivências e redescobertas momentâneas do seu próprio corpo.

Tendo como objetivo a inclusão e a percepção corporal, as aulas de Educação Física realizadas na APAE de Jacobina são teóricas e práticas, na intenção de fornecer aos alunos conhecimentos a cerca do que vai ser trabalhado e desenvolvido em sala.

A professora α (álpha) afirma:

“...a Educação Física ela tem a parte da teoria também e eles necessitam, até por serem pessoas especiais, crianças especiais, né? Eles precisam dessa parte teórica e a gente sempre faz isso com apresentação de slide (...) que a gente compreendeu na teoria a gente vai para a prática”.

Da mesma forma γ (gáma) argumenta:

“As aulas são práticas e são teóricas, mas a prática e a teoria tão juntas. Por exemplo, eu vou da exemplo da capoeira, é a gente vivenciar jogos da cultura popular na capoeira, vou pegar a picula, ai eu faço a encenação na sala, ó gente aqui vai ser a senzala, quem eu pegar vai ficar preso na senzala, eu sou o capitão do mato, eu já to inserindo, eu to contando um pouco da história, então a teoria ta aparecendo ai...”

Mas, será que sempre foi assim? Abaixo o depoimento da professora β (béta), que ao nosso questionamento nos fornece um relato panorâmico e rico em informações, e é a

utilidade e propriedade de sua fala que nos faz transcrevê-la sem recortes; apesar de longa ela se justifica pelo seu teor. Diz à professora que:

“Eu vou te contar a verdade, quando eu entrei na APAE era realmente só prática e de uns tempos pra cá que você vê que hoje a Educação Física mudou, por que na década de 80 ela só era prática, foi de 80 pra cá que ela deu essa reviravolta, tomou uma roupagem diferente, mas de maior respeito, que antes a Educação Física não tinha um respeito que deveria ter, e aí assim, eu comecei a introduzir a teoria de uns três anos pra cá, então assim, eu contextualizo, as vezes eu trabalho dentro da prática, eu tô ali trabalhando a teórica também, a parte teórica, não tem uma aula só teórica, por que eu conheço meu público e não é um público de ficar sentado muito tempo para ta ouvindo, eles gostam do movimento, principalmente que foram esses anos todos a Educação Física tirar os alunos da sala para o movimento. Agora eu sempre fui assim, de explicar o que iríamos fazer”.

Diante de seu depoimento podemos refletir com veracidade as modificações ocorridas na Educação Física nos últimos tempos. Tais palavras explicitam fatos que foram preponderantes nas aulas da Educação Física do passado. Realmente as aulas teóricas eram inexistentes e as práticas muitas vezes limitadas a exercícios repetitivos e excludentes. Talvez algumas pessoas questionem: Como ter aulas teóricas? Será que os alunos compreendem? Soler (2009) afirma que “Os portadores de deficiências constroem também seu conhecimento do mesmo modo que indivíduos normais, embora de forma mais lenta”.

A educação Física para a pessoa com deficiência busca em sua prática, estimulá-lo ao mesmo tempo em que sua individualidade e diferenças sejam respeitadas, ou seja, estimula-o em suas múltiplas dimensões, respeitando suas diferenças.

Outro ponto interessante a ser abordado é a avaliação que ocorre após todas as aulas desenvolvidas na APAE. A avaliação é uma atividade permanente no trabalho do professor, acompanhando passo a passo o processo de ensino aprendizagem. Pela avaliação é possível analisar os resultados obtidos pelo aluno comparando-os aos objetivos propostos, verificando assim, os progressos e dificuldades.

Quando indagadas sobre a existência de uma avaliação no processo de ensino-aprendizagem elas explicam:

“A avaliação ela não deixa de existir não é? Quando a gente apresenta os projetos mesmo, a gente tem um relatório de conclusão e de aplicação, como é que eles aceitaram, como é que eles viram realmente aquela proposta nossa, as três professoras de Educação Física tem em arquivo, cada atividade, de cada projeto que é executado, a gente tem que construir esse relatório de aplicação, de conclusão mesmo”. α (álpha)

“Sim, no início de no final do ano (...)”. β (béta)

“eu preciso muito desse feedback, eu pergunto, eles respondem, eles perguntam”. γ (gáma)

Passando da avaliação para os locais adequados à prática da Educação Física, e entendendo que existe certa necessidade de ser desenvolvida em um ambiente apropriado e arejado, no qual as aulas possam ser aplicadas com mais liberdade e movimentação, um dos tópicos da entrevista fez referência à existência de locais apropriados a prática. Constitui o último subtópico e com base nas respostas dadas podemos analisar:

“Nós temos uma área interdisciplinar que hoje a gente conta com parquinho e com a piscina, nós temos o auditório que é um espaço maravilhoso, temos uma sala que a gente costuma dizer que a sala da atividade física, a sala do espelho, que também a gente usa para essas atividades e fora disso à gente ta sempre levando os alunos para AABB que é um parceiro nosso, sempre que a gente precisa eles nos sedem o espaço e para uma pracinha que tem ali na Jacobina I mesmo, a gente leva as atividades, planeja para executar essas atividades lá também”. α (álpha),

“Com relação à parte da dança tem um bom espaço. Tem o auditório que eu costumo trabalhar, tem o auditório dois que já fica na parte de

baixo e tem a sala do espelho, que a gente chama de sala do espelho que é a sala de atividades corporais ...” β (bêta)

Vê-se que quanto aos locais anexos não se tem nenhum questionamento opositor, até por que percebe-se pela fala das entrevistadas que sempre que necessário o comércio e os clubes são solícitos, fornecendo o espaço e colaborando sempre que necessário.

b) Recursos Humanos e Materiais

Tomando este subtópico como fator primordial no desenvolvimento das aulas, constatou-se que os professores de Educação Física da APAE de Jacobina, utilizam-se de diversos recursos materiais e visuais para implementarem as suas aulas. O ponto mais relevante nesta análise é a utilização da criatividade na produção dos materiais. O material utilizado nas aulas interfere diretamente na qualidade e no aprendizado. Quando mais diversificado for o material, melhor, pois o professor deve trabalhar sempre com uma diversidade de atividades. Só que o material não precisa ser aquele pronto e acabado, pode-se criar tanto material quanto a imaginação deixar. (SOLER, 2009).

Nas entrevistas, os professores relataram os possíveis materiais utilizados.

A professora α(álpha) diz:

“Nós temos bola, bambolê, corda, boliche, fazemos muito, criamos muito material, muito instrumento que a gente pode usar de forma adaptada, com sucata também, boliche, é, bola pra basquete, a bola de um modo geral, a gente tem lá pra boleado, pra basquete, pra futsal, pra vôlei, nós temos o jump, quando a gente precisa, não é da APAE, mas a gente utiliza, por que a gente consegue, como eu te disse o comércio é um parceiro...”

Quando questionada sobre a quantidade de materiais ser suficiente para a realização das aulas ela complementa:

“Eu posso dizer que hoje a APAE possui não da forma como deveria, mas hoje graças a Deus, a gente possui esse recurso material sim e quando a gente precisa de algo (...) aí a gente adapta e consegue realizar a atividade com maestria, então quando a gente precisa de

determinado material que a gente não possui a gente faz uma adaptação.”

Diante de tal posicionamento é possível perceber que existe a possibilidade de construção dos materiais na própria escola e melhor ainda, com a ajuda dos próprios alunos, o que promove uma melhor participação e significação no desenvolver das aulas.

A professora β (béta) relata:

“Eu procuro inovar o máximo possível, até mesmo para aula ficar o tempo todo atraente para eles, eu trabalhei, a última coreografia nossa foi à dança da peneira, foi utilizada a peneira, já trabalhei com bambu, ninguém nunca tinha visto a dança do bambu aqui, fiz a coreografia com bambu e na aula assim, é material reciclado, (...).”

Como diz Freire (1989):

“O que falta nas escolas, na maioria das vezes, não é material é criatividade. Ou melhor, falta o material mais importante. Essa tal de criatividade nunca é ensinada nas escolas de formação profissional.”

Penso que a criatividade é a forma mais adequada quando trabalhamos com Educação Física Escolar, afinal já temos o melhor material que é o nosso próprio corpo. E utilizá-lo de forma consciente traz benefícios essenciais para a vida.

A professora γ (gáma) utiliza como recursos:

“Papel de diferentes texturas, tintas, pincel atômico, lápis de cor, lápis de cera, cartolina, papel madeira, espelho grande, brinquedos de encaixe, quebra-cabeça, bambolês, aparelho de som, lata de leite, cordão, corda, bolas de vários tamanhos, garrafa pet, bola de soprar, pião, giz, máquina fotográfica, cones, revistas, berimbau, pandeiro, chocalho tambor, latas, cabos de vassoura, colas, fita adesiva”.

O outro recurso bem eficiente é o recurso humano, o toque fornece sensações mágicas de cuidado e respeito e durante a realização da entrevista com a professora β (béta), pude me surpreender quando ela relata sobre a utilização da massoterapia como forma de tranquilizar as crianças e os adolescentes que estão por razões externas ou não, um tanto agitadas.

Sobre isto ela fala:

“quando eu pego aquele menino que ele tá muito agitado, aí eu começo pela mão, começo fazendo um carinho e tudo e vou fazendo os movimentos e aí quando vê aquele aluno ele, vai se tranquilizando, aí eu começo massageando costas, perna, pé, mão, rosto...”

c) Conteúdos

Como citado acima os conteúdos trabalhados são subdivididos por cada professora.

A professora β (béta) diz que utiliza em suas aulas os seguintes conteúdos:

“Hidroginástica, dança, esporte, recreação aquática (...) quando é individual eu trabalho mais com a parte, não é bem uma terapia, quem trabalha com terapia aquática é o fisioterapeuta, mas eu faço um trabalho individualizado de acordo com a necessidade daquele aluno dentro da água”.

Já a γ (Gáma) relata gostar de problematizar as atividades, trazer o contexto histórico para que a criança e o adolescente possa conhecer além dos limites das brincadeiras.

“os elementos da Psicomotricidade como norteadores do trabalho pedagógico, então a psicomotricidade vai cortar os conteúdos (...) se eu for trabalhar o corpo, então expressões corporais, movimentos corporais (...) eles vão tá se locomovendo pela sala, então a Psicomotricidade vai tá acontecendo ali, sem a gente tá forçando, forçando o corpo a um movimento exato, não tem essa preocupação de que esse corpo tenha um movimento exato, pronto e acabado, mas que ele brinque, ele se divirta, movimente, vivencie.

Considerando a proposta da inclusão e da Educação Especial como pressupostos realizados no interior da escola regular, não se deve esperar que os conteúdos trabalhados na APAE sejam diferentes dos encontrados nas escolas regulares. A primeira, senão uma das maiores barreiras no caminho da educação inclusiva é justamente a elaboração do currículo. Sendo o currículo a seleção, nada natural, dos conteúdos a serem presentes na sala de aula ele indica que sistema de valores, de símbolos, de idéias deverá ser considerado na escola. Basta um mínimo de observação e qualquer pesquisador perceberá que a exclusão das Pessoas com Deficiência se dá, de início, pelo currículo. Assim, a fala de γ (gáma) e β (beta) apontam para o trabalho com conteúdos de forma a também por eles possibilitar uma prática educativa, em matéria de conteúdos, igual à da escola regular, mas com o reconhecimento das diferenças tanto na forma de aplicação quanto no desenvolvimento das atividades.

3.8.2 Treinamento para a participação dos alunos em Olimpíadas APAEANAS

a) Competição e Cooperação

Uma das bandeiras e luta ética da Educação Inclusiva e Educação Especial é justamente a crítica aos modelos educacionais que reproduzem a ideologia burguesa da competição e do individualismo. O contraponto de uma proposta inclusiva de educação em um ambiente como a APAE tem na solidariedade e na cooperação as alternativas ao individualismo da escola tradicional, baseada na premiação e recompensa aos que se sobressaem, sem uma crítica e exame do porque que nem todos se sobressaem, quando todos apresentam condições para isso.

Em nossa pesquisa nos deparamos com a questão da competição na realização das Olimpíadas Apaeanas, e visões conflitantes foram expressas pelas professoras entrevistadas. Começando por α (álpha), ela expressa uma visão um tanto crítica a respeito da Educação Física, quando diz que esta “*produz um atleta para concorrer contra e não com o outro e eles participam de competições sim, porque nós temos as olimpíadas das APAES, as olimpíadas nacionais das APAES*”. α (álpha) expressa o que de fato se traduz como um contracenso; ora, quando a proposta da inclusão é justamente oferecer um modelo de educação crítico da erotização e vulgarização dos corpos, coisa feita tanto pelo endeusamento e perseguição de corpos perfeitos e pela competição esportiva, a atividade esportiva na APAE não pode se transfigurar numa forma de reproduzir a mesma lógica sob a desculpa de se está fomentando

atividades recreativas ou mesmo as habilidades e potencialidades dos jovens portadores de necessidades especiais. As mesmas habilidades endeusadas pela mídia e perseguidas pelos atletas podem ser buscadas e cultivadas pelas Pessoas com Deficiência no interior das APAE, mas desvinculado do julgamento de valor, despossuído da idéia de que conseguir desempenhos se traduz em uma melhoria e crescimento pessoal e afetivo do estudante.

Não podemos nos deixar enganar, ainda que a mídia faça alarde com atletas vencedores, os chamados “atletas de ouro” que, vencedores de torneios internacionais, se tornam em mais um candidato logrado pela lógica individualista que cega o outro e nos dá olhos apenas para a própria aparência, fazendo jus à cultura narcísica que é irmã gêmea do modelo de sociedade que experienciamos, o capitalista.

A professora α (álpha), conforme transparece na transcrição da entrevista deixa ver esta preocupação. Segundo ela, o trabalho de conscientização é feito também com as atividades esportivas realizadas no próprio município de Jacobina. No dizer da professora, cuja citação longa vale a pena ser deixada para percebermos todo o emaranhado de seu discurso, a competição e a cooperação são trabalhados levando-se em conta o prazer da participação e não a concorrência bruta e individualista. Diz ela:

“temos também participação aqui na corrida Duque de Caxias, agora a gente trabalha muito essa questão assim do porquê, qual é a essência realmente de você participar, de você ir concorrer e não esse contra, mas você vai concorrer com uma outra pessoa, que muitas vezes tem quase que as mesmas deficiências que você e as mesmas dificuldades, então a gente não deixa, não cria neles a expectativa de vencer sempre, sabe? Vencer, mas vencer de uma forma prazerosa, vencer de uma forma que não te cause um mal estar, a gente mostra até exemplos ai de atletas que ultrapassam até seu próprio limite, né? E a gente tem o cuidado de trabalhar com eles essa questão, você vai competir pra você também se mostrar, mas se mostrar como um atleta, mas um atleta que tem uma compreensão do por que daquela competição, que você ta lá para competir com todos aqueles outros participantes e não contra eles”.

Esta visão é diversa da apresentada por β (béta), que valoriza a apresentação e a preparação dos alunos da APAE para as Olimpíadas Apaeanas. β (béta) demonstra que as atividades esportivas são incluídas nas atividades tendo-se um treinamento individualizado, como se quisesse dizer que procura retirar de cada participante, de cada aluno, o treinamento capaz de fazê-lo competir com os outros seus “iguais”.

Já a nossa outra professora entrevistada, no caso γ (gáma), ela reflete uma visão crítica a respeito do processo seletivo dos alunos para as olimpíadas que acontecem todo ano. Segundo ela,

“eu me recusava um pouco a selecionar aluno para ta competindo, eu sou decisivamente contra a seleção de alunos, já acho que eles já são selecionados pelo próprio sistema, já são excluídos pelo próprio sistema, que se a gente fala assim a não existe exclusão para aluno deficiente...existe sim! As escolas, elas já estão inserindo alunos, mas isso já parte também de uma coisa mais ampla, os pais por medo do filho ser maltratado exclui seu filho de alguns espaços sociais, não é culpa também dos pais, a gente não pode dizer que é culpa dos pais, mas isso é culpa do próprio contexto cultural que vem se arrastando a longos anos de Educação Especial, mas eu gosto de trabalhar o esporte, mas não esse esporte competitivo”.

A cooperação, ou a falta dela, é vista nas análises realizadas pela professora, e demonstram, ou melhor, refletem as dificuldades sentidas no processo da inclusão, dificuldades que fazem parte do caminho, permeado por desentendimentos e conflitos, conflitos que não são necessariamente ruins, mas necessários para o amadurecimento das idéias e alargamento das visões e também das propostas pedagógicas.

3.8.3 A educação física como promotora da autonomia e da independência

a) Auto-estima e Postura

A auto-estima é um dos pontos centrais no trabalho com as Pessoas com Deficiência. Tal tarefa é difícil, por se tratar de um esforço redobrado, redobrado por que é compreensível a baixa auto-estima das Pessoas com Deficiência e também porque, tratando-se de trabalhar com os portadores de necessidades especiais estamos falando, em última

instância, de trabalhar com o próprio corpo deles, fazendo do corpo um “brinquedo” dentro de uma perspectiva lúdica em que se ensina e se aprende pelo jogo. Conseguir a auto-estima nestes casos requer sensibilidade e um trabalho redobrado do profissional de Educação Física.

No nosso ambiente de pesquisa, quando a professora α (Álpha) é questionada a respeito da importância da Educação Física na busca da independência ela diz:

“(...) a gente pensa assim quando eles estão aqui na APAE à gente auxilia eles a comer, ao lanche, a ir ao sanitário, mas e lá fora? Como será? né? Então a gente também cria neles, como você disse muito bem, cria neles esse objetivo de independência, deles poderem fazer as coisas, as suas necessidades de forma independente”.

Esse “objetivo de independência” da professora se transfigura na tentativa de se elevar a auto-estima dos estudantes, coisa nada fácil de se conseguir. Conseguir uma elevada auto-estima das Pessoas com Deficiência é tarefa dificultosa quando os profissionais que com eles lidam não tem uma suficiência de recursos humanos e materiais à sua disposição para auxiliar no desenvolvimento e aplicação das atividades. Isto nos faz atentar, em um quadro mais geral, para a necessidade de se exigir mais rigor dos legisladores e mais atenção dos poderes públicos para a causa das Pessoas com Deficiência. Dar a eles um tratamento digno e suficiente para que possam se desenvolver plenamente é uma tarefa que não pode e nem deve ser efetivada somente com o esforço solitário dos profissionais e das famílias. As Pessoas com Deficiência devem se constituir numa preocupação social e em políticas públicas, e o Estado deve ser chamado a participar do processo.

Ainda para α (Álpha) a auto-estima, postura, independência são procurados através do desenvolvimento de “projetos que visam assim a questão da produção deles mesmo, nós temos o festival do folclore, nós temos as oficinas de artes e a aceitação deles é muito receptiva, principalmente por conta da ludicidade, da música, do movimento e ai eles aceitam com muito bom gosto”.

A auto-estima na perspectiva de β (bêta) pode ser instrumentalizada por atividades que envolvem dança e atividades motoras. Juntando-se a elas, para a professora, pode ser trabalhado o esporte, a capoeira, jogos populares e outras variedades de jogos. A professora

aposta na diversificação das atividades para trabalhar a postura com eles e elevar a auto-estima dos alunos.

Inquerida sobre como a Educação Física pode auxiliar na elevação, manutenção da auto-estima e da postura dos Pessoas com Deficiência β (béta) responde que, quando faz as atividades com eles sempre procura “elogiar, embora nas minhas, nos treinos eu boto pressão, mas o trabalho finalizado, eu sempre procuro elogiar, procuro sempre trabalhar em cima do elogio, do você pode, você consegue, sempre do positivo”.

Na opinião de γ (gáma), para se conseguir trabalhar com êxito a auto-estima dos alunos é necessário não ficar sempre...

“só na prática de exercícios físicos, mas eu quero saber o que que eles pensam, quero que eles se pronunciem, como foi seu corpo (...) onde é que ta a construção desse aluno, onde é e ta o feedback que eu preciso para saber aqui...nível de aprendizagem ele ta chegando, que nível de desenvolvimento intelectual ele ta alcançando...(...) quando eu exploro dele, entre aspas, que ele se mostre, que ele se torne um sujeito falante, falante no sentido de ta se pronunciando em um determinado assunto, não é falar qualquer coisa...(...) e ele vai e fala sobre alguma coisa que não tem nada haver com isso, então, eu vou ouvir ele também, por que ele pode ta, na expressão que ele colocou...a minha mãe no sei o que fez isso e isso em casa, sim e sua mãe fez isso e isso em casa, eu tenho que da vazão para a voz dele eu não posso negar a voz dele”.

Em suma, a preocupação com a auto-estima é um tema ao mesmo tempo gerador e desafiador. Tema gerador porque a auto-estima está relacionada com dimensões existenciais do aluno, e cabe ao professor ter sensibilidade para perceber as nuances e as afetividades não cultivadas, as carências e as incompreensões sofridas. Desafiador porque requer outra prática, uma prática diferenciada da costumeira e da rotineira para poder ir ao encontro do aluno, dialogar com ele e, como disse γ (gáma) ouvi-lo, percebê-lo enquanto gente, com sonhos, dificuldades, medos e desejos de, como todo mundo, ser feliz.

3.8.4 A Educação Física na APAE

a) Inclusão Social

A família é o centro do que rege o ser humano, o apoio da família das pessoas portadoras de necessidades especiais é de suma importância para a sua inclusão e socialização, as professoras da APAE têm pontos divergentes no que se refere à participação da família na APAE de Jacobina.

A professora α (álpha) e conclui:

“Estimulam viu. Nós (...), desenvolvemos um projeto Esporte e Lazer para uma vida saudável e esse projeto contava com três etapas, ele foi produzido em três fases, que era a fase do conhecer, do analisar e do transformar e esse conhecer a gente precisava da ajuda da família e nós fizemos uma reunião com parceria com a assistente social e (...) mostramos para a família qual era o real objetivo do projeto (...), eles nos deram as mãos e no dia da culminância que a gente chamou de DIA D, (...) nós conseguimos colocar, te digo com precisão, com certeza absoluta quase que 80% dos familiares dos nossos alunos dentro da APAE e eles participaram do início ao fim...” α (álpha)

Eles vêm de forma positiva, eu sempre que posso, procuro inserir a família no meio, esse ano eu venho com a proposta de trabalhar um dia da semana junto, levar o pai ou a mãe para a sala de aula. β (béta)

Já a professora γ (gáma) acredita que a participação da família deveria ser maior, participar mais das aulas, entender o que acontece com o corpo do seu filho e ter a real consciência das potencialidades que os filhos possuem.

como o corpo é uma casa cheia de manifestações e através desse mesmo corpo, a gente pode promover saúde, a gente pode promover qualidade de vida e isso tudo quem ta nos dando possibilidade é a Educação Física.

A vida em sociedade implica em respeitar os direitos alheios, implicando também em sermos capazes de conhecer e defendermos os próprios interesses, os próprios direitos; assumir responsabilidades, não nos esquecendo também de incluir o aprendizado de brincadeiras com finalidades socializantes. As regras das brincadeiras, desenvolvidas pelos próprios alunos ou ensinadas pelo próprio professor de Educação Física, bem como as regras dos esportes, terão como objetivo educar nossos alunos para a vida em sociedade. Compete, muitas vezes, exatamente ao professor de Educação Física a administração dos conflitos sociais surgidos.

As atividades realizadas na APAE de Jacobina tem sempre a preocupação de considerarem a possibilidade da sociedade jacobinense como parceira. Está expresso em sua carta de intenções, em seu Estatuto fundador, sendo ao mesmo tempo a sua filosofia de trabalho, o trabalho parceiro desenvolvido entre a APAE e as famílias. Para além das famílias a APAE tem bem esclarecido as dificuldades do percurso caso ela não se abra para a sociedade e caso a comunidade não esteja presente em suas atividades, tanto conhecendo como, mais importante e fundamental, apoiando, quer financeiramente quer não, os projetos desenvolvidos dentro dela e por ela, ficando ou não encerrada em seus muros.

A APAE desenvolve atividades em parceria com as instituições educativas da cidade, como é o caso da própria UNEB, realizando eventos de capoeira, palestras, visitas, oferecendo oportunidades de estágio para os estudantes e etc. Houve, no ano de 2010, a realização do IV Festival de Folclore e do Rancho Especiá de São João.

Perguntada sobre as possibilidades da inclusão na APAE de Jacobina, a fala de γ (gáma) é emblemática e resume muito bem alguma de nossas discussões. Apesar de fazermos cortes, a citação ainda ficou grande e enfadonha para o leitor, mas ela, dada a sua precisão cirúrgica em muitos temas debatidos por nós ao longo deste trabalho, se justifica pelo tamanho, e cortes realizados mais do que os que já foram não dariam conta de perceber o amplo e interessante horizonte pensado por γ (gáma). Diz a professora que:

quando um sujeito nasce, independente de ter deficiência ou não, ele já é um sujeito da sociedade, sendo um sujeito humano ele já está incluído, por que ele não pertence a outra classe que não seja a humana, quando uma criança nasce, independente de ter uma deficiência ou não, ela é uma criança, ela não é um pássaro né? Mas,

a gente sabe que essa questão da inclusão ela tá muito longe ainda de acontecer definitivamente, o que é essa inclusão? (...) através de propostas e leis precisamente fazer com que o aluno esteja para além das escolas especiais (...) eu acho que na Educação Física ela, eu penso assim que ela favorece uma autonomia para esse sujeito, para que ele se torne mais independente, para que ele si conheça, para que ele saiba que ele tem potencialidade e que ele é um sujeito que independente de estar aqui ou em uma escola regular ele é um sujeito. Para resumir um pouco mais essa ópera para você, a inclusão eu penso dessa forma, que independente dele, é, ter nascido com deficiência ou não, ele tá incluso na sociedade, ele não pertence a uma outra classe que não a de humanos, mas essa inclusão que a gente fala o tempo inteiro, poxa inclusão, inclusão a gente sabe que essa realidade de estar nas escolas, são coisas que estão se construindo ainda na escola regular, mas se falando de Educação Física, da minha Educação Física, eu gosto da Educação Física da autonomia do sujeito, para ele se sentir potencialmente capaz, de falar, de se pronunciar, de tá aqui com você e não ser apenas um reprodutor de movimento estereotipado (...) então (...) então essa Educação Física não vai ficar só no plano do movimento, da atividade, do exercício em si, mas vai ficar no plano também de tá exercitando essa autonomia cultural, do sujeito...

A fala da professora γ (gáma) deixa transparecer uma preocupação que é de todos nós. Em suas reflexões estão presentes as preocupações de muitos educadores brasileiros que lidam cotidianamente com a questão da Educação Inclusiva e da Educação Especial, demonstrando o quanto ainda falta por ser feito, mas também acenando com a idéia de que o futuro é possibilidade, que está aberto à construção dos sonhos e de outras realidades não presentes agora, mas que com o esforço e o trabalho, juntamente com a fé e a crença no poder da educação, podem se materializar. Os sonhos não são impossíveis e se assim é podemos continuar sonhando com um mundo onde a inclusão seja mais do que palavras soltas, e sim uma realidade acolhedora para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, o maior desafio era fazer uma ponte com a Educação Física e a Inclusão, utilizando como meio para fazer esta ponte uma instituição que fornecesse subsídios necessários para a pesquisa, a APAE. A análise teórica deixou claro o quão complexo é se discutir a inclusão social, principalmente tomando a Educação Física como fonte; porém, deixou claro também o quanto é essencial esta discussão para podermos compreender com mais sagacidade tal questão.

A Educação Inclusiva e a Educação Especial constituem duas dimensões da educação que passaram, desde há muito, a fazer parte dos horizontes e das preocupações dos educadores. Incluir as Pessoas com Deficiência na escola regular e na sociedade em geral continuam sendo desafios para todos nós, mas desafios que deixam no caminho da sua realização muitas lições e aprendizados.

A principal lição que podemos tirar de tudo o que vimos e pesquisamos é que toda a problemática, apesar do que possa parecer em grau de dificuldade e, sobretudo de desânimo quando observadas e sentidas a negligência do Estado, não se inserem, de forma nenhuma, no campo do impossível, mas se apresentam generosas à nossa prática com o aceno sedutor da realização sofrida, mas totalmente possível.

Inclusão, se conseguirmos fazer com que a sociedade tenha a percepção de que todos, de uma forma ou de outra precisam dela, será uma palavra compreendida em seu devido e justo valor: não mais marcando territórios fronteiriços e excludentes a quem tem alguma deficiência, mas pelo contrário, se abrindo para o infinito, o infinito que acolhe e não despreza os homens. Inclusão, então, será cada vez uma palavra irmanada à utopia, na medida em que a própria utopia, pensada e gerada ao longo da história pelas mais diversas sociedades, não é outra coisa senão a realização da inclusão em seu sentido pleno.

Cabe, ainda, lutar para retirar da Educação Especial e da Educação Inclusiva a valoração menor, o juízo hierárquico que valora e nivela para baixo as diferenças das pessoas e dos indivíduos. As Pessoas com Deficiência não são e nunca foram deficientes no sentido de incapazes de realizar seja lá o que quer que seja. Pensar desta forma é fruto de um preconceito fortemente arraigado na sociedade, que inventa até a nomenclatura de anormais para os indivíduos que não tem alguma função ou órgão corporal. A falta deste não pode ser lida ou entendida como a falta da capacidade, o grande X da questão. Fazer com que as pessoas percebam e valorizem as diferenças e as deficiências como indicações de outros caminhos

percorridos para se fazer as mesmas coisas que os supostos “normais” fazem é uma tarefa que cabe a todos, desde profissionais de Educação Física até qualquer educador que esteja em sala de aula. Vale dizer que inclusão não se reduz as Pessoas com Deficiência, embora seja a eles que ela se justifica com mais urgência. O desafio de integrar as crianças e jovens com deficiência é um desafio que requer força e outras estratégias de ação para lograr êxito.

Enfim, é uma tarefa grandiosa a que se apresenta, mas totalmente possível, e faremos muito se aliarmos à visão da inclusão a clareza da tarefa a que temos de realizar, tarefa que pede nossa postura diária, postura que é antes de qualquer coisa uma posição ética diante do mundo, e ética porque responsável, e responsável porque sabe que o mundo não é dado, mas construído, e que a vida que temos não é a única possível, mas a que escolhemos, e se assim é, também podemos escolher uma vida onde a inclusão das diferenças seja possível e fonte de felicidade, e não de dor ou exclusão.

Diante da pesquisa feita e das análises dos dados obtido concluímos que a Educação Física que encontramos na APAE é uma Educação Física rica e cheia de subsídios que possibilitam ao seu alunado uma possibilidade de ser incluído na sociedade.

A categorização feita demonstra especificamente os pontos principais que caracterizam a Educação Física na APAE; é primordial enfatizar que o objetivo proposto para esta pesquisa foi contemplado. A pesquisa possibilitou, sobretudo conhecer a Educação Física na APAE e compreender diante das análises que ela pode sim auxiliar na inclusão.

As deficiências foram conhecidas e estudadas dentro do contexto da inclusão, e mostradas como podem se inserir no processo de integração das Pessoas com Deficiência à sociedade. As categorias das deficiências evidenciaram a distância que ainda há entre a realidade vivida pelos portadores das deficiências e a sociedade. As entrevistas permitiram observar todo um complexo que envolve a questão, tanto para as Pessoas com Deficiência como para a sociedade em geral; no entanto, em nossa análise, se elas apresentam discordâncias e conflitos é um bom sinal, pois evidenciam a existência do problema e externalizam esse problema de forma a nos forçar uma postura diante da questão, postura que é antes de qualquer coisa uma postura ética. Podemos apontar que os resultados obtidos por nossa pesquisa permitem vislumbrar essa questão de uma perspectiva que pede justiça social e o fim da negligência dos poderes públicos.

É visto que as atividades e os materiais utilizados contribuem de forma positiva para a autonomia, desenvolvimento, postura e envolvimento dos alunos na sociedade. Claro que esta

inclusão não acontece de maneira rápida, mas sim vem sendo estabelecida durante um processo constante de aprendizado.

Diante disso exponho a minha gratidão pelos sujeitos da pesquisa que me possibilitaram conhecer um universo até então desconhecido e me fizeram compreender que a Educação Física é muito mais do que a sua própria prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR E SILVA, VM (1991). **“Gêneros Literários”**. In: Teoria da Literatura. 8 ed. Coimbra, Almedina, pp. 339-401.
- ARANHA, M.S.F. Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica. **Temas em Psicologia**, número 2, 1995, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia.
- BACHELARD, Gaston. **Conhecimento comum e conhecimento científico**. In: Tempo Brasileiro São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan-mar 1972.
- BARCELLOS, Milton (1935). **Evolução Constitucional do Brasil: ensaios de história Constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 483 p.
- BARDIN, L. (1977). **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre, CEDI, 2005. Disponível em http://www.cedionline.com.br/artigo_ta.html.
- BETTELHEIM, Bruno. Uma vida para seu filho. São Paulo: Artmed, 1984. 385p.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1997.
- BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Especial. **Portal SEESP**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php>.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais: Da pesquisa qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CORTELAZZO, I. B. C. e ROCHA. C. A. **Promovendo inclusão de portadores com necessidades especiais: algumas constatações**. Texto encaminhado para publicação. Curitiba, UTP, 2006.
- CORTELAZZO, I. B. C. e ROCHA. C. A. **Promovendo inclusão de portadores com necessidades especiais: algumas constatações**. Texto encaminhado para publicação. Curitiba, UTP, 2006.
- COLETIVOS DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, R.N.(1995).**Motivação e Análise do Comportamento**. Temas em Psicologia, 3,11-18.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB – Ranços e Avanços**. 14ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga, 1969-. **Aspectos legais e orientação pedagógica** / Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Luísa de Marillac P. Pantoja, Maria Teresa Eglér Mantoan. – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes 1987. 288p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.

FREITAS, Cláudia Rodrigues de. **Mulher-professora em escola especial: ecos, vozes e marcas da diferença** / Cláudia Rodrigues de Freitas – Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

GAMBOA, Silvo. **Pesquisa em Educação- Métodos e epistemologias: Tendências da pesquisa em educação: Um enfoque epistemológico**.Chapecó:Argos,2007.

GLAT, Rosana. **Um novo olhar sobre a integração do deficiente**. In: MANTOAN, Maria Teresa Egler .(org.).São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados. 2004.

LIMA, Priscila Augusta, 1957-. **Educação inclusiva e igualdade social** / Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira. – São Paulo: Avercamp, 2006.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ. Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo:EPU,1986.

MAGALHAES, Basílio de (1913). **Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência**. Contribuição para o estudo desse complexo problema científico social, cuja solução urgentemente reclamam, a bem da infância de agora e das gerações por vindoura – os mais elevados interesses materiais, intelectuais e normais, da prática brasileira. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comercio de Rodrigues S.C. 196 p.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores?** In: MANTOAN, Maria Teresa Egler.(org.) **A integração de pessoas com**

deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

MARCÍLIO, M.L. (1997). “A Roda dos Expostos e a criança abandonada na história do Brasil, 1726-1950”. In: **FREITAS, M.C.** (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Coutrix/EDUSF.

MARCONI, Marina. LAKATOS, Eva. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**/Marcos José Silveira Mazzotta – 5.ed – São Paulo: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão sócio-educacional.** São Paulo: Mackenzie, 2002 (Cadernos de Pós-Graduação; 7).

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** 4ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MEHY, J.C.S. *história oral de vida.* São Paulo: Loyola, 1991

MINAYO, M.C. : **O desafio do conhecimento.** São Paulo : Hucitec, 1998. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica . Petrópolis: Vozes. 1981.;

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: **A Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental,** Unimep, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais** / Peter Mittler; trad. Windyz Brazão Ferreira. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORIN, Edgar. *O Problema Epistemológico da Complexidade* . Porto: Europa-América, s/d.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: A problemática ética da “diferença” e da exclusão social** / Ivanilde Apoluceno de Oliveira – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial.** Petrópolis: Vozes, 2004.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência.** São Paulo: Queroz/EDUSP. 1984.

REVISTA NOVA ESCOLA – Reportagem que contam a Evolução da Educação Inclusiva – Pessoas Especiais – Autora: Roberta Bencini – Ed. Jan./Fev. de 2001.

SASSAKI, R. **Por que o termo “Tecnologia Assistiva”?** 1996. Disponível em <http://www.cedionline.com.br/ta.html>. SILVA, Luciene Maria da. **Diferenças Negadas: O preconceito aos estudantes com deficiência visual** / Luciene Maria da Silva – Salvador: EDUNEB 2008.

SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva: em busca de uma escola plural** / Reinaldo Soler. – Rio de Janeiro: Sprint, 2009 – 2ª edição.

Pesquisa e educação especial: mapeando produções / Denise Meyrelles de Jesus, Claudio Roberto Baptista, Sonia Lopes Victor, Organizadores. – Vitória: Editora, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WERNECK, Claudia, 1957-. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva** / Claudia Werneck. – Rio de Janeiro: WVA, 1997.

APÊNDICE



Universidade Estadual da Bahia - UNEB

Graduação Em Educação Física

Disciplina: TCC II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do estudo “**A Educação Física e Inclusão: Perspectivas da APAE de Jacobina**” que visa conhecer a Educação Física desenvolvida na APAE de Jacobina e as contribuições geradas para a inclusão de seus alunos na sociedade, com orientação do Profa. Mestre. Laura Emmanuela Lima Costa. Para elucidar o objetivo proposto será utilizado como instrumento a pesquisa de campo, coleta de dados e utilização da entrevista com os professores de Educação Física da APAE.

Fica assegurado que os participantes desse estudo não sofrerão nenhum risco e desconforto. Os dados obtidos serão mantidos em absoluto sigilo e utilizados somente para fins de pesquisa. Certos de contar com a colaboração necessária para a concretização dessa investigação agradeço antecipadamente a atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

_____, ____ de _____ de 2011.

Assinatura: _____



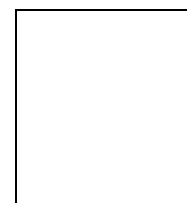
Universidade Estadual da Bahia - UNEB

Graduação Em Educação Física

Disciplina: TCC II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Recebi esclarecimentos sobre a pesquisa intitulada “**A Educação Física Inclusiva: A história da APAE de Jacobina**”, li o conteúdo do texto informações ao colaborador e entendi as informações relacionadas à minha participação nesta pesquisa. Declaro que não tenho dúvidas, de que não receberei benefícios financeiros e que concordo em participar, podendo desistir em qualquer etapa e retirar meu consentimento, sem penalidades, prejuízo ou perda. Estou ciente que terei acesso aos dados registrados e reforço que não fui submetido (a) à coação.



Impressão Digital

_____, ____ de _____ de 2011.

Assinatura: _____

LAURA EMMANUELA LIMA COSTA

ORIENTADORA DA PESQUISA – TEL: (74)9961-1126

E-MAIL: Manuela.jacobina@gmail.com

PRISCILA DE OLIVEIRA SANTANA

PESQUISADORA – TEL: (74)8804 - 6721

E-MAIL: Liz_pris@hotmail.com